

CAM  
CENTRO DE  
ACOLHIMENTO DE MENORES

# CAM

CENTRO DE ACOLHIMENTO DE MENORES

- PORTO ALEGRE -

**Ana Carolina Berté**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - ETAPA I**

Orientador: Prof. Arq. Me. Augusto Alves

Universidade do Vale do Taquari

**Arquitetura e Urbanismo | 2017 B**

Lajeado, Dezembro de 2017.

O MELHOR DO MUNDO SÃO AS CRIANÇAS



## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 01</b> - Formação de Bandas de Música na Institucionalização Masculina.....	12
<b>FIGURA 02</b> - SAM Pavilhão Anchieta Quintino Rio de Janeiro 1964.....	12
<b>FIGURA 03</b> - Espaço Institucional.....	13
<b>FIGURA 04</b> - A Prática Religiosa na Institucionalização de Meninas.....	13
<b>FIGURA 05</b> - Cartaz em Comemoração aos 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente em 2017.....	14
<b>FIGURA 06</b> - Tirinha mostrando a polêmica em 2015 da maioria penal no Brasil.....	15
<b>FIGURA 07</b> - Slogan Programa Padrinho Nota 10.....	16
<b>FIGURA 08</b> - Slogan Abrigo Aldeia Infantil SOS Brasil.....	16
<b>FIGURA 09</b> - Gráfico Porcentagem de Crianças Abridadas que estão para Adoção no Brasil...17	17
<b>FIGURA 10</b> - Órfãos diante de asilo nos Estados Unidos, na década de 1910.....	17
<b>FIGURA 11</b> - O Abandono das crianças em Metrôpoles como Nova York.....	18
<b>FIGURA 12</b> - Tela Francesa Retrata Orfanato Parisiense no Século 19.....	18
<b>FIGURA 13</b> - Hospital dos Inocentes do Arquiteto Filippo Brunelleschi, em 1427.....	19
<b>FIGURA 14</b> - Hospital dos Inocentes do Arquiteto Filippo Brunelleschi, em 1427.....	19
<b>FIGURA 15</b> - Réplica da Primeira Roda de Expostos do Brasil no Museu da Misericórdia.....	20
<b>FIGURA 16</b> - Foto da Roda de Expostos Original na Santa Casa de Misericórdia da Bahia em 1910.....	20
<b>FIGURA 17</b> - Instituto Gentil Bittencourt (Belém, Pará).....	21
<b>FIGURA 18</b> - Asilo de Menoras Abandonados Rio de Janeiro 1907.....	21
<b>FIGURA 19</b> - Orfanatos no Brasil até 1990.....	22
<b>FIGURA 20</b> - Orfanatos no Brasil até 1990.....	22
<b>FIGURA 21</b> - Cartaz Incentivando a Adoção.....	23
<b>FIGURA 22</b> - Tirinha Dia Nacional da Adoção.....	23
<b>FIGURA 23</b> - Curso do GAAL Prepara Pessoas Habilitadas para Adotar.....	24
<b>FIGURA 24</b> - Mapa Brasil, Rio Grande do Sul e Porto Alegre, em sequência.....	25
<b>FIGURA 25</b> - Gráfico Porcentagem de Crianças Abridadas no Rio Grande do Sul que estão em Porto Alegre.....	26
<b>FIGURA 26</b> - Mapa das Regiões de Porto Alegre.....	26
<b>FIGURA 27</b> - Mapa Distribuição das Casas Lar Conveniadas da FASC em Porto Alegre.....	27
<b>FIGURA 28</b> - Mapa Distribuição das Casas Lar Conveniadas da FASC para Portadores de Necessidades Especiais em Porto Alegre.....	27
<b>FIGURA 29</b> - Imagem Aérea Abrigo Aldeia Infantil SOS do Brasil em Porto Alegre no Bairro Sarandi.....	27
<b>FIGURA 30</b> - Mapa Distribuição dos Abrigos da FPE em Porto Alegre.....	28
<b>FIGURA 31</b> - NAR Ipanema, imagem interna do complexo.....	28
<b>FIGURA 32</b> - Fachada do Abrigo José Leite.....	29
<b>FIGURA 33</b> - Abrigo Cônego Paulo de Nadal unidade da FASE em Porto Alegre.....	29
<b>FIGURA 34</b> - Taxa de Escolarização de Crianças de 4 a 6 anos.....	31
<b>FIGURA 35</b> - Desenvolvimento Infantil.....	31
<b>FIGURA 36</b> - Educação.....	31

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 37</b> - Habitação.....	32
<b>FIGURA 38</b> - Índice de Envelhecimento.....	32
<b>FIGURA 39</b> - Renda.....	32
<b>FIGURA 40</b> - Mapa de Porto Alegre e Porção Zona Noroeste.....	33
<b>FIGURA 41</b> - Taxa de Homicídios.....	33
<b>FIGURA 42</b> - Taxa de Mortalidade Infantil.....	33
<b>FIGURA 43</b> - Vulnerabilidade Infanto-Juvenil.....	33
<b>FIGURA 44</b> - Mapa de Porto Alegre e Porção Bairro com Entorno.....	34
<b>FIGURA 45</b> - Mapa Vias Principais.....	35
<b>FIGURA 46</b> - Equipamentos do Bairro e do Entorno Imediato.....	36
<b>FIGURA 47</b> - Imagem de Satélite Aérea do terreno e do entorno.....	36
<b>FIGURA 48</b> - Mapa Terreno e Entorno.....	37
<b>FIGURA 49</b> - Visual 1.....	37
<b>FIGURA 50</b> - Visual 2.....	37
<b>FIGURA 51</b> - Visual 3.....	37
<b>FIGURA 52</b> - Visual 4.....	37
<b>FIGURA 53</b> - Mapa de Vias, Fluxos e Pontos de Ônibus.....	38
<b>FIGURA 54</b> - Entorno do Terreno.....	38
<b>FIGURA 55</b> - Entorno do Terreno.....	38
<b>FIGURA 56</b> - Entorno do Terreno.....	38
<b>FIGURA 57</b> - Entorno do Terreno.....	38
<b>FIGURA 58</b> - Mapa de Usos do Entorno.....	39
<b>FIGURA 59</b> - Mapa de Alturas do Entorno.....	40
<b>FIGURA 60</b> - Curvas de Nível do Terreno.....	40
<b>FIGURA 61</b> - Alinhamentos do Terreno.....	40
<b>FIGURA 62</b> - Divisão das Subunidades.....	42
<b>FIGURA 63</b> - Diagrama de Funcionamento das Casas Sem Escala.....	54
<b>FIGURA 64</b> - Organograma do Conjunto Sem Escala.....	57
<b>FIGURA 65</b> - Organograma da 'CASA A' Sem Escala.....	58
<b>FIGURA 66</b> - Organograma da 'CASA B' Sem Escala.....	58
<b>FIGURA 67</b> - Organograma da 'ZONA ADMINISTRATIVA' Sem Escala.....	59
<b>FIGURA 68</b> - Organograma da 'ZONA DE ACOLHIMENTO' Sem Escala.....	60
<b>FIGURA 69</b> - Implantação Sem Escala.....	61
<b>FIGURA 70</b> - Maison d'Accueil de l'enfance Fachada Principal.....	61
<b>FIGURA 71</b> - Maison d'Accueil de l'enfance Vista Exterior do Edifício.....	61
<b>FIGURA 72</b> - Maison d'Accueil de l'enfance Vista Interior do Edifício.....	61
<b>FIGURA 73</b> - Planta Baixa Subsolo Sem Escala.....	62
<b>FIGURA 74</b> - Planta Baixa Térreo Sem Escala.....	62
<b>FIGURA 75</b> - Maison d'Accueil de l'enfance Vista afastada do Edifício.....	62
<b>FIGURA 76</b> - Maison d'Accueil de l'enfance Vista Interior do Edifício.....	62
<b>FIGURA 77</b> - Planta Baixa Segundo Pavimento Sem Escala - Faixa Etária 12 a 18 anos.....	63

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 78</b> - Planta Baixa Terceiro Pavimento Sem Escala - Faixa Etária 3 a 6 anos.....	63
<b>FIGURA 79</b> - Maison d'Accueil de l'enfance Vista Interna do Edifício.....	63
<b>FIGURA 80</b> - Maison d'Accueil de l'enfance Recepção do Edifício.....	63
<b>FIGURA 81</b> - Planta Baixa Quarto Pavimento Sem Escala - Faixa Etária 6 a 12 anos.....	64
<b>FIGURA 82</b> - Maison d'Accueil de l'enfance Vista Pátio Externo.....	64
<b>FIGURA 83</b> - Maison d'Accueil de l'enfance Vista Pátio Externo.....	64
<b>FIGURA 84</b> - Planta Baixa Quinto Pavimento Sem Escala - Faixa Etária 0 a 3 anos.....	65
<b>FIGURA 85</b> - Planta Baixa Sexto Pavimento Sem Escala.....	65
<b>FIGURA 86</b> - Maison d'Accueil de l'enfance Núcleo de Escadas.....	65
<b>FIGURA 87</b> - Maison d'Accueil de l'enfance Sala de Jogos Infantis.....	65
<b>FIGURA 88</b> - Implantação Sem Escala da Casa de Menores no Terreno.....	66
<b>FIGURA 89</b> - Casa para Menores "Tsukuba-Aiji-en" Vista da Localização do Projeto.....	66
<b>FIGURA 90</b> - Casa para Menores "Tsukuba-Aiji-en" Vista Externa da Circulação Coberta Oval.....	66
<b>FIGURA 91</b> - Casa para Menores "Tsukuba-Aiji-en" Vista Externa da Circulação Coberta Oval.....	66
<b>FIGURA 92</b> - Casa para Menores "Tsukuba-Aiji-en" Vista Externa das Unidades de Moradia....	66
<b>FIGURA 93</b> - Diagrama da Unidade de Moradia Sem Escala.....	67
<b>FIGURA 94</b> - Planta Baixa Sem Escala da Casa 2.....	67
<b>FIGURA 95</b> - Casa para Menores "Tsukuba-Aiji-en" Vista Externa Unidade de Moradia.....	67
<b>FIGURA 96</b> - Casa para Menores "Tsukuba-Aiji-en" Vista Externa Unidade de Moradia.....	67
<b>FIGURA 97</b> - Casa para Menores "Tsukuba-Aiji-en" Vista Acesso e Bicletário.....	67
<b>FIGURA 98</b> - Casa para Menores "Tsukuba-Aiji-en" Acesso à Casa de Menores.....	67
<b>FIGURA 99</b> - Corte Esquemático Sem Escala da Casa 2.....	68
<b>FIGURA 100</b> - Diagrama da Unidade de Formação para Pais e Filhos Sem Escala.....	68
<b>FIGURA 101</b> - Casa para Menores "Tsukuba-Aiji-en" Cozinha e Sala de Jantar da Casa 1.....	68
<b>FIGURA 102</b> - Casa para Menores "Tsukuba-Aiji-en" Vista Externa Dormitório.....	68
<b>FIGURA 103</b> - Casa para Menores "Tsukuba-Aiji-en" Vista Externa Unidade de Formação de Pais e Filhos.....	68
<b>FIGURA 104</b> - Implantação do Jardim da Malha Urbana da Cidade.....	69
<b>FIGURA 105</b> - Jardim Infantil Frederiksvej Vista Exterior do Conjunto.....	69
<b>FIGURA 106</b> - Jardim Infantil Frederiksvej Vista Exterior do Edifício.....	69
<b>FIGURA 107</b> - Jardim Infantil Frederiksvej Vista Exterior do Edifício.....	69
<b>FIGURA 108</b> - Diagrama Esquemático Onze Blocos.....	70
<b>FIGURA 109</b> - Diagrama Explicação da Forma.....	70
<b>FIGURA 110</b> - Diagrama Esquemático Escolha das Alturas.....	70
<b>FIGURA 111</b> - Jardim Infantil Frederiksvej Vista Interna da Circulação.....	70
<b>FIGURA 112</b> - Jardim Infantil Frederiksvej Vista Interna do Volume de Escadas.....	70
<b>FIGURA 113</b> - Diagrama Esquemático Escolha das Alturas.....	71
<b>FIGURA 114</b> - Diagrama Esquemático Implantação do Projeto.....	71
<b>FIGURA 115</b> - Jardim Infantil Frederiksvej Vista Sala com Banheiro.....	71

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 116</b> - Jardim Infantil Frederiksvej Vista Interna do Volume de Escadas.....	71
<b>FIGURA 117</b> - Planta Baixa do Pavimento Térreo Sem Escala.....	72
<b>FIGURA 118</b> - Jardim Infantil Frederiksvej Vista Interna.....	71
<b>FIGURA 119</b> - Jardim Infantil Frederiksvej Vista Interna.....	71
<b>FIGURA 120</b> - Implantação do Centro da Malha Urbana da Cidade.....	72
<b>FIGURA 121</b> - Centro de Desenvolvimento El Gradual Vista Externa do Conjunto.....	72
<b>FIGURA 122</b> - Centro de Desenvolvimento El Gradual Vista Externa do Conjunto.....	72
<b>FIGURA 123</b> - Centro de Desenvolvimento El Gradual Vista Externa do Conjunto.....	72
<b>FIGURA 124</b> - Centro de Desenvolvimento El Gradual Vista Externa do Conjunto.....	72
<b>FIGURA 125</b> - Planta Baixa Pavimento Térreo Sem Escala.....	73
<b>FIGURA 126</b> - Planta Baixa Segundo Pavimento Sem Escala.....	73
<b>FIGURA 127</b> - Centro de Desenvolvimento El Gradual Vista Interna da Sala.....	73
<b>FIGURA 128</b> - Centro de Desenvolvimento El Gradual Vista Circulação Coberta.....	73
<b>FIGURA 129</b> - Centro de Desenvolvimento El Gradual Vista Circulação Coberta.....	73
<b>FIGURA 130</b> - Centro de Desenvolvimento El Gradual Vista Cinema ao Ar Livre.....	73

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 01</b> - Casas Lar Conveniadas da Fasc.....	27
<b>TABELA 02</b> - Casas Lar para Portadores de Necessidades Especiais Conveniada da FASC....	27
<b>TABELA 03</b> - Núcleos de Abrigos Residenciais da FPE.....	28
<b>TABELA 04</b> - Índice de Aproveitamento da Subunidade 1 e 5.....	43
<b>TABELA 05</b> - Densidade da Subunidade 1 e 5.....	43
<b>TABELA 06</b> - Regime Volumétrico para a Subunidade 1 e 5.....	44
<b>TABELA 07</b> - Especificações Cargo Educador.....	47
<b>TABELA 08</b> - Especificações Cargo Auxiliar de Educador.....	48
<b>TABELA 09</b> - Especificações Cargo Coordenador.....	48
<b>TABELA 10</b> - Especificações Cargo Equipe Técnica.....	48
<b>TABELA 11</b> - Infraestrutura Mínima do Programa Abrigo.....	49
<b>TABELA 12</b> - Tabela de Áreas do Programa Proposto.....	52

## LISTA DE SIGLAS

<b>CAM</b>	Centro de Acolhimento de Menores de Porto Alegre
<b>DMWEB</b>	Declaração Municipal Digital
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>IA</b>	Índice de Aproveitamento
<b>FPE</b>	Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul
<b>FASC</b>	Fundação de Assistência Social e Cidadania
<b>NAR</b>	Núcleo de Abrigo Residencial
<b>SAM</b>	Serviço de Assistência à Menores
<b>SC</b>	Solo Criado
<b>SMURB</b>	Secretaria Municipal de Urbanismo de Porto Alegre
<b>TPC</b>	Transferência de Potencial Construtivo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>ASPECTOS RELATIVOS AO TEMA.....</b>	<b>12</b>
	2.1 Apresentação do Tema.....	12
	2.1 Retirada de Crianças da Família.....	12
	2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente.....	13
<b>3</b>	<b>HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES.....</b>	<b>18</b>
	3.1 Surgimento dos Orfanatos na História.....	18
	3.2 Spedale degli Innocenti.....	19
	3.3 A História dos Orfanatos do Brasil.....	20
<b>4</b>	<b>PANORAMA DA ADOÇÃO NO BRASIL.....</b>	<b>23</b>
	4.1 A Adoção no Brasil.....	23
	4.2 A Adoção no Rio Grande do Sul.....	24
	4.2.1 Caso de Farroupilha.....	24
	4.2.2 Grupos de Apoio em Lajeado.....	24
<b>5</b>	<b>LOCALIZAÇÃO DA PROPOSTA.....</b>	<b>25</b>
	5.1 Justificativa da Cidade Eleita.....	25
	5.2 Análise das Unidades Existentes.....	26
	5.2.1 Fundação de Assistência Social e Cidadania.....	26
	5.2.2 Fundação de Proteção Especial.....	27
	5.2.3 Compilação de Dados.....	27
	5.2.4 Situação das Unidades Existentes.....	29
<b>6</b>	<b>ESTUDO DO LOCAL.....</b>	<b>31</b>
	6.1 Estudo Social das Zonas da Cidade.....	31
	6.2 A Zona Noroeste.....	33
	6.3 O Bairro Jardim Itú.....	34
	6.3.1 História e Características.....	35
	6.3.2 Vias e Mobilidade.....	35
	6.3.3 Equipamentos.....	36
	6.4 O Terreno.....	37
	6.4.1 Vias e Fluxos.....	38
	6.4.2 Usos do Entorno.....	39
	6.4.3 Alturas do Entorno.....	40
	6.4.4 Características do Terreno.....	40
	6.5 Tipologia Resultante.....	41
<b>7</b>	<b>CONDICIONANTES LEGAIS.....</b>	<b>42</b>
	7.1 Do Terreno.....	42
	7.2 Do Programa.....	44
	7.2.1 Tipos de Abrigamento.....	45
	7.2.2 O Abrigo.....	46

	7.2.2.1 Público e Especificidades.....	46
	7.2.2.2 Aspectos Físicos.....	47
	7.2.2.3 Equipe Profissional.....	47
	7.2.2.4 Infraestrutura Mínima.....	49
	7.3 Neufert, NBR 9050 e NBR 9077.....	50
<b>8</b>	<b>PROGRAMA PROPOSTO.....</b>	<b>51</b>
	8.1 Rotina dos Usuários.....	51
	8.2 Tabela de Áreas.....	52
	8.3 Funcionamento do Conjunto no Programa Pro- posto.....	53
	8.4 Diagramas de Funcionamento.....	54
	8.5 Chegada de Novos Usuários no Centro.....	55
	8.6 Preparação para a Saída do CAM.....	56
	8.7 Organogramas.....	56
	8.7.1 Do Conjunto.....	57
	8.7.2 Da ‘CASA A’.....	58
	8.7.3 Da ‘CASA B’.....	58
	8.7.4 Da ‘ZONA ADMINISTRATIVA’.....	59
	8.7.5 Da ‘ZONA DE ACOLHIMENTO’.....	60
<b>9</b>	<b>REFERENCIAIS TIPOLÓGICOS.....</b>	<b>61</b>
	9.1 Maison d’Accueil de l’enfance Eleanor Roose- velt.....	61
	9.2 Casa para Menores “Tsukuba-Aiji-En”.....	66
<b>10</b>	<b>REFERENCIAIS ARQUITETÔNICOS.....</b>	<b>69</b>
	10.1 Jardim Infantil Frederiksvej.....	69
	10.2 Centro de Desenvolvimento Infantil El Gradu- al.....	73
	<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>75</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo compõe a primeira etapa do trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Taquari e visa estudar, entender e criar repertório da autora para desenvolvimento da seguinte etapa, denominada de Trabalho de Conclusão de Curso II, na qual será desenvolvido o projeto.

O projeto é um Centro de Acolhimento de Menores, denominado pela sua sigla -CAM- na cidade de Porto Alegre - RS, que atenderá crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade, de ambos os sexos, que por variados motivos são retirados de suas famílias e necessitam de um lar temporário. Esse projeto ajudará não somente a suprir a demanda existente da cidade, mas também a ver e entender a questão do acolhimento dos futuros usuários como uma problemática social.

A realidade do nosso país, no que diz respeito ao abandono de crianças é muito triste, uma vez que inúmeras crianças são abandonadas ou são afastadas de suas famílias por diversos motivos todos os anos vindo a engrossar a população das instituições de amparo a este público.

A institucionalização é o destino para estas crianças, o que já vem ocorrendo em nosso país desde o século XIX e que, com o advento da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, passou por reformulação em relação ao atendimento às crianças.

Estas crianças e adolescentes, que viram enfraquecer ou perderam as relações com suas famílias, quer por abandono ou por afastamento das mesmas, são encaminhados para abrigos conforme determina o ECA, sendo que é nestes locais onde delas constroem sua história de vida e criam a própria identidade.

O intuito desta etapa do trabalho de conclusão é de apresentar informações pertinentes ao tema, ao terreno e ao programa, compreendendo de maneira satisfatória o funcionamento e a lógica projetual deste serviço.

A apresentação do tema se estrutura através de pontos históricos fundamentais, explicando como surgiu esse processo no mundo e no Brasil. Aspectos relevantes, como a adoção, serão abordados.

A cidade eleita foi estudada em diferentes aspectos para encontro do local adequado para implantação da proposta.

Uma ampla análise do programa existente foi elaborada e uma nova proposta de programa surgiu visando ser este projeto um modelo referencial em nível de cidade, estado e país.

## 2 ASPECTOS RELATIVOS AO TEMA

O tema a ser desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso é um Centro de Acolhimento de Menores - CAM na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

### 2.1 Apresentação do Tema

As casas de acolhimento são destinadas a crianças e adolescentes retirados de suas famílias por inúmeros motivos. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, é direito de toda criança e adolescente receber acolhimento institucional quando algum de seus direitos forem ameaçados ou violados.

O sistema de acolhimento existe desde a Idade Média e vem sendo aperfeiçoado constantemente. Várias modalidades de abrigamentos existem atualmente.

Essas instituições estão espalhadas por todo o país, porém o programa existente não necessariamente está condizente com a necessidade local do público, assim como a locação do espaço, que deve oferecer equipamentos em qualidade e quantidade necessária para a nova demanda.

### 2.2 Retirada das Crianças da Família

Em nosso país, a história da institucionalização de crianças e adolescentes continua se transformando até os dias atuais.

Fazendo uma análise do que levava as crianças e adolescentes às instituições de assistência à infância nos séculos XIX e XX pode-se afirmar que era a situação de pobreza ou a dificuldade da família em criar seus filhos. Famílias carentes que buscavam apoio no Estado acabavam por receber deste o encaminhamento de suas crianças para instituições como se elas fossem órfãs ou abandonadas, o que de fato não eram.

Nos anos 90 houve um grande esforço para a implementação do ECA com mudanças na lei no que se refere à questão da internação de acordo com a medida a ser aplicada. O abrigo é tido como medida de caráter provisório e de proteção para crianças em situação de vulnerabilidade social.

Assim sendo, aquelas crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco necessitam permanecer provisoriamente abrigados. Por situação de risco entende-se toda a criança ou adolescente que sofra de violência doméstica, abuso por parte dos pais, envolvimento do menor com o crime, crises familiares, etc.

FIGURA 01 - Formação de Bandas de Música na Institucionalização Masculina



FONTE: Rizzini (2017)

FIGURA 02 - SAM Pavilhão Anchieta Quintino Rio de Janeiro 1964



FONTE: Revista Funabem Espaço - vol I, nº 42 - dez/1983, p.17 retirado de Rizzini (2017)

As crianças chegam a estas instituições por várias maneiras. Aquelas que têm seu afastamento da família decretado são encaminhadas pelo Juizado da Infância e Juventude. Isso ocorre quando bebês são abandonados ou quando, em decorrência da violência no seio familiar, as crianças devem ser afastadas para sua proteção pessoal. Outras vezes são afastadas para cumprir medidas socioeducativas. Há, ainda, os casos em que as próprias crianças buscam o auxílio do abrigo devido aos casos de violência, pobreza extrema da família ou até risco de vida.

As crianças ainda podem chegar a estas instituições por intermédio dos Conselhos Tutelares, entidades constituídas a partir do ECA e com o dever de intervir nos casos em que os direitos das crianças e adolescentes estejam sendo violado, ou pelas Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente quando vítimas de violência doméstica, abuso ou exploração sexual, etc.

Dessa maneira pode-se perceber que por diversas formas as crianças acabam por serem afastadas de suas famílias ou elas mesmas se afastando e acabam por engrossar os abrigos para menores existentes em nosso país.

### 2.3 Estatuto da Criança e do Adolescente

Como já dito anteriormente, o advento da Constituição Federal de 1988 trouxe um novo posicionamento do Estado em relação à família e de sua proteção conforme determina o art. 227:

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Dessa maneira tanto a família quanto o Estado e toda a sociedade são responsáveis pela proteção da criança e do adolescente sendo que a partir desse momento estes passam a ser sujeitos de direitos.

No ano de 1990 foi criado pelo governo brasileiro o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que regulamenta políticas em favor da criança e do adolescente e institui seus direitos e deveres. Dessa forma o ECA assim dispõem:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

FIGURA 03 - Espaço Institucional



FONTE: Correio Braziliense, retirado de Rizzini (2017)

FIGURA 04 - A Prática Religiosa na Institucionalização de Meninas



FONTE: Correio Braziliense, fevereiro/2002  
RETIRADO DE RIZZINI, 2004

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

.....

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.(nosso grifo).

Assim pode-se perceber que o ECA -Lei nº 8.069/90- atribuiu direitos importantes para as crianças e adolescentes e também deveres dos pais, da sociedade e do Estado para com os menores sendo que está devidamente positivado o intuito de proteção total da criança e do adolescente e sua permanência no seio familiar conforme se conclui do disposto em seus artigos:

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

FIGURA 05 - Cartaz em Comemoração aos 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente em 2017



FONTE: Divinews (2017)

§ 3o A manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em serviços e programas de proteção, apoio e promoção, nos termos do § 1o do art. 23, dos incisos I e IV do caput do art. 101 e dos incisos I a IV do caput do art. 129 desta Lei.

.....

Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

A importância dada ao convívio da criança ou adolescente em família, para que se evite a institucionalização dos mesmos, também fica clara no art. 23 do referido diploma legal que assim determina:

Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

§ 1o Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.

....

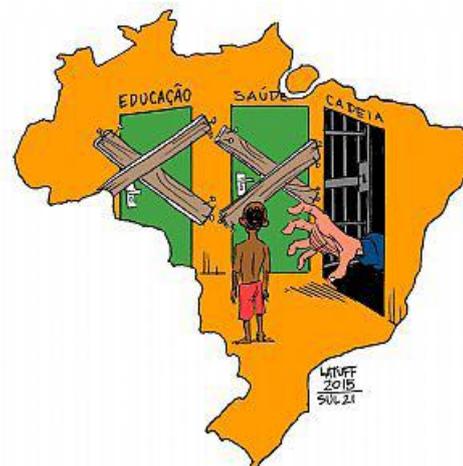
§ 5o A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

Quando realmente não existe mais a possibilidade de manutenção da criança ou adolescente em sua família natural, que é compreendida por aquela formada pelos pais e seus descendentes, ou na família ampliada, que compreende os parentes próximos com os quais a criança ou o adolescente mantém vínculos de afinidade e afetividade o Estatuto rege de que maneira se dará a adoção, que implica em se achar uma nova família para este indivíduo.

Art. 39. A adoção de criança e de adolescente reger-se-á segundo o disposto nesta Lei.

§ 1o A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou

FIGURA 06 - Tirinha mostrando a polêmica em 2015 da maioria penal no Brasil



FONTE: Itu (2017)

extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei.

Art. 41. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

Art. 43. A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.

Art. 45. A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.

§ 1º. O consentimento será dispensado em relação à criança ou adolescente cujos pais sejam desconhecidos ou tenham sido destituídos do poder familiar

Cabe salientar que a Lei nº 12.010 de 2009 também disciplina a adoção de crianças e adolescentes.

O ECA também estabeleceu medidas de proteção que devem ser aplicadas quando aqueles encontrarem-se com seus direitos ameaçados ou violados seja por atitudes advindas da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, ou em razão de sua própria conduta, conforme segue:

Art. 90. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de:

- I - orientação e apoio sócio-familiar;
- II - apoio sócio-educativo em meio aberto;
- III - colocação familiar;
- IV - acolhimento institucional;
- V - prestação de serviços à comunidade;
- VI - liberdade assistida;
- VII - semiliberdade; e
- VIII - internação.

.....

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III - em razão de sua conduta.

Nos casos previstos no artigo 98 o estatuto estabelece a possibilidade da aplicação da medida protetiva de abrigo conforme determina o artigo 101, in verbis:

FIGURA 07 - Slogan Programa Padrinho Nota 10



FONTE: Padrinho Nota 10 (2017)

FIGURA 08 - Slogan Abrigo Aldeia Infantil SOS Brasil



FONTE: Aldeia Infantil SOS Brasil (2017)

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III - matrícula e freqüência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;

V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII - acolhimento institucional;

VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;

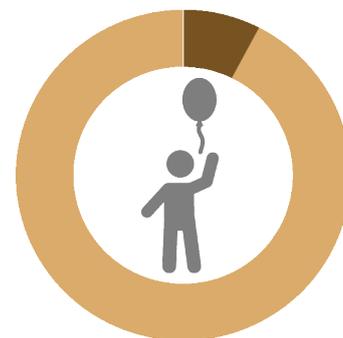
IX - colocação em família substituta.

§ 1o O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

§ 2o Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o art. 130 desta Lei, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa

Os abrigos são instituições responsabilizadas com o cuidado de crianças e adolescentes que por algum motivo são afastados de suas famílias. Este afastamento, conforme já relatado e de acordo com o que se depreende da legislação aplicável deve primar pela excepcionalidade e provisoriedade em sua aplicação e suprir as necessidades imediatas e futuras, zelando pela integridade física e emocional do abrigado.

FIGURA 09 - Gráfico Porcentagem de Crianças Abridadas que estão para Adoção no Brasil



**SOMENTE 10% DAS CRIANÇAS ABRIGADAS NO BRASIL ESTÃO PARA ADOÇÃO**

FONTE: G1 Globo, modificado pela autora (2017)

FIGURA 10 - Órfãos diante de asilo nos Estados Unidos, na década de 1910



FONTE: Jornal do Senado (2017)

### 3 HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES

O abandono de crianças é um fenômeno que ocorreu em todos os tempos, sendo que pode ser evidenciado em praticamente todas as civilizações, desde a Antiguidade, até os tempos atuais.

#### 3.1 Surgimento dos Orfanatos na História

Segundo Marcílio (2006) no Código de Hamurábi, (1728–1686 a.C.), já havia uma regulamentação sobre a adoção de crianças abandonadas. No antigo testamento da Bíblia há vários relatos de abandono de bebês, sendo um deles o de Moisés. Na mitologia e filosofia grega também há inúmeros relatos de casos de abandono, sendo que o poder do pai sobre os filhos era absoluto na Grécia.

Ainda de acordo com a autora em Roma o poder do pai (Patria Potestas) não tinha limites, sendo que caso o pai não aceitasse o recém-nascido este não podia ser recebido pela família ou sociedade. Inclusive o infanticídio era permitido. Observa-se que em todo Império Romano não parece que houve nenhuma instituição que tenha acolhido ou cuidado destas crianças abandonadas que ficaram a mercê de sua própria sorte.

Com a queda do Império Romano, em 476 d.C tem início a Idade Média, onde inicialmente as crianças continuam a ser abandonadas, principalmente pela pobreza que assolava a todos, sendo que esta era aceita como justificativa para tal ato. O pensamento da Igreja Católica manifestado pelas reflexões de seus bispos elaboradas até o século IV a cerca da pobreza e da misericórdia foram muito importantes, sendo que a Igreja fez da caridade uma condição para a salvação.

Foi por obra da mudança deste pensamento dos bispos da Igreja Católica, nos primeiros séculos da Idade Média, que as pessoas passaram a ser mais caridosas, pois isso tinha um valor espiritual muito elevado “levando o indivíduo à salvação”.

Assim sendo, em um primeiro momento, a caridade era exercida pelas pessoas por orientação da Igreja. Ela própria também praticava beneficência no intuito de corrigir as desigualdades sociais sendo que a casa do bispo tornou-se a casa dos pobres e abandonados (Marcílio, 2004).

Em um segundo momento a caridade e beneficência passaram para a influência e preponderância da Ordem de São Bento. Assim foram criados os primeiros mosteiros e hospitais a partir do século IX para acolher os pobres, principalmente os velhos e as crianças abandonadas. Entre os séculos V e X a Igreja fez o papel de receptora desses bebês e crianças abandonadas bem como de distribuição das mesmas na socie-

FIGURA 11 - O Abandono das crianças em Metrôpoles como Nova York



FONTE: Jacob Riibs (1900)

FIGURA 12 - Tela Francesa Retrata Orfanato Parisiense no Século 19



FONTE: Jornal do Senado (2017)

dade (Marcílio, 2004).

Assim sendo pode-se apontar que foi na Idade Média, pelas mãos da Igreja Católica que surgiram os primeiros orfanatos, que não eram assim denominados, porém tinham a função de receber as crianças abandonadas e na medida do possível a própria Igreja se encarregava de encontrar um novo lar para estas crianças. Cabe salientar que nesta época as crianças não eram afastadas de suas famílias, mas sim rejeitadas por vários motivos, mas principalmente pela grande pobreza que assolava uma parcela considerável da população da época. Abandonar uma criança às portas de um mosteiro significava que esta teria alimento e muitas vezes até educação, pois os monges se encarregariam disso também.

De acordo com Marcílio (2004) durante os séculos XI e XII houve uma nítida ruptura com as práticas assistenciais à criança abandonada que até então eram desenvolvidas pela Igreja. Neste período houve uma intensa atividade de organização da Igreja que transformou a sua estrutura e organização, vindo a se tornar uma monarquia fortemente hierarquizada e que teve suas normas uniformizadas e universalizadas.

Ainda segundo a autora foi neste período que aumentou significativamente a intervenção de particulares nas obras de caridade destinadas a acolher as crianças abandonadas, sendo que houve uma abstenção total do alto clero na criação de obras de caridade ligadas aos primeiros organismos de socorro a infância abandonada tanto nas aldeias quanto nas cidades. A Igreja se absteve de participar, pois ela mesma condenava os filhos ilegítimos o que levava ao abandono de crianças por seus pais.

As obras de caridade destinadas a acolher as crianças abandonadas e implementadas por particulares deram origem as primeiras instituições de proteção à infância abandonada, dando início a fase da caridade pública de proteção a criança desvalida o que ocorre a partir do século XIII.

### 3.2 Spedale degli Innocenti

O primeiro projeto emblemático de um orfanato na história foi concebido de 1419 a 1427 por Filippo Brunelleschi, arquiteto renascentista. A Spedale degli Innocenti, em português Hospital dos Inocentes, localiza-se em Florença, na Itália.

A obra, em frente à Piazza della Santissima Annunziata, foi construída e dirigida por umas de associações (guilda) mais ricas da cidade, que assumiam obrigações filantrópicas. O projeto destaca-se pelo seu programa, pois diferente de como acontecia em outros hospitais, que aceitavam crianças órfãs juntamente com doentes e pobres, o Hospital dos Inocentes foi criado exclusivamente para atender recém-nascidos e crianças abandonadas de todo o país.

FIGURA 13 - Hospital dos Inocentes do Arquiteto Filippo Brunelleschi, em 1427



FONTE: Noblat, O Globo (2017)

FIGURA 14 - Hospital dos Inocentes do Arquiteto Filippo Brunelleschi, em 1427



FONTE: Noblat, O Globo (2017)

O projeto, desenvolvido com um pátio octogonal no centro e uma varanda na frente, possuía duas creches, um jardim de infância e três casas de passagem, para o acolhimento de crianças e de mães em necessidades. A construção dessa obra significava o interesse e compromisso da cidade para o bem-estar das crianças que eram abandonadas pelas suas famílias por variadas razões. Meninas eram abandonadas em maior quantidade, pela questão da família não possuir dinheiro para pagar seu dote.

Em um extremo do pórtico encontra-se a roda onde os pais colocavam as crianças para que ela entrasse no edifício sem que os mesmos fossem vistos, ou seja, isso permitia às pessoas abandonarem seus filhos anonimamente.

Brunelleschi deu ao projeto uma importância igual ou até superior à dada as igrejas, sua implantação em frente a praça transformou sua rua de acesso em um grande eixo que liga este edifício a Santa Maria del Fiore, a catedral mais importante de Florença. Essa obra inaugura o movimento Renascentista na arquitetura.

### 3.3 A História dos Orfanatos no Brasil

A história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, que se iniciou com a própria colonização do país, tem repercussões importantes até os dias de hoje.

Diferentemente do que ocorreu na América de colonização espanhola, no Brasil a obrigação de proteção à criança abandonada recaía sobre a Câmara Municipal, que deveria achar meios de criar esta criança (Marcílio, 2004). Cabe salientar que esta tarefa era desempenhada a contragosto e com relutância, tendo havido muitas vezes negligência e omissão por parte dos responsáveis.

De acordo com a autora, por volta do século XVII, mediante convênios, as Câmaras Municipais delegaram os serviços de proteção da criança para outras instituições, principalmente as Santas Casas de Misericórdia. A partir deste momento elas estabeleceram, com a autorização da coroa portuguesa, a criação das Rodas e Casas de Expostos e dos Recolhimentos das meninas pobres e expostas. Todavia o subsídio financeiro para manutenção destas casas, num primeiro momento, vinha da Câmara Municipal.

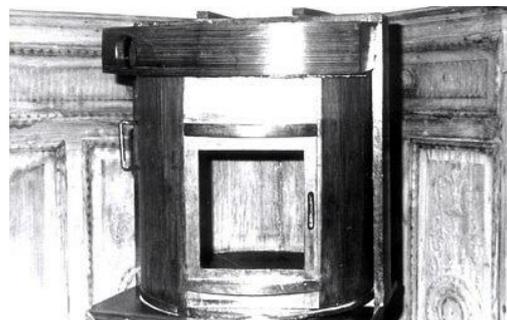
As Rodas de Expostos foram uma forma de atendimento a bebês abandonados de longa duração que surgiu no período colonial e somente foi extinto na República. Salvador, Rio de Janeiro e Recife instalaram as suas Casas de Expostos no século XVIII. Estas recebiam os bebês deixados na Roda, mantendo no anonimato de quem abandonava a criança neste local (Rizzini, 2004).

FIGURA 15 - Réplica da Primeira Roda de Expostos do Brasil no Museu da Misericórdia



FONTE: G1 Globo (2017)

FIGURA 16 - Foto da Roda de Expostos Original na Santa Casa de Misericórdia da Bahia em 1910



FONTE: Martha Maria (2017)

Cabe salientar que ainda neste momento da história não se fala em afastamento da criança de sua família, mas sim de abandono que ocorria principalmente pela falta de condições e miséria em que viviam as pessoas. Também havia a questão dos filhos havidos fora do casamento (ilegítimos).

Assim sendo a criação das Rodas de Expostos colaborou para evitar que muitos bebês fossem abandonados nas portas das Igrejas ou nas ruas por mulheres que queriam ocultar sua desonra por gerar um filho ilegítimo. Também os senhores, donos de escravos, fizeram uso das Rodas. Deixavam os filhos das escravas e posteriormente, quando estes já estivessem crescidos buscava-nos para serem iniciados nas atividades laborais. Dessa forma não tinham o custo da criação sem o devido retorno (Rizzini, 2004).

Ainda de acordo com a autora nesse mesmo período, na Europa, os médicos higienistas e reformadores estavam combatendo as Rodas de Expostos sob o argumento de que além de elas fomentarem o abandono das crianças também havia um alto índice de mortalidade das crianças ali acolhidas. Aqui no Brasil, mesmo estando a par dessa situação, somente no século XX que houve uma transformação no atendimento ao menor abandonado.

O sistema das Rodas de Expostos destinava-se ao amparo de bebês abandonados, sendo que os mesmos eram encaminhados para amas de leite até completarem três anos e depois retornavam para a Casa para serem colocados em famílias ou para serem criados lá mesmo (Marcílio, 2004). Dessa forma a assistência institucionalizada as crianças abandonados se deu quase que exclusivamente pelas Casas de Misericórdia, em um primeiro momento por vontade própria e posteriormente por imposição.

Cabe destacar que a história de colonização do nosso país está intimamente ligada à história das Santas Casas de Misericórdia, sendo que o primeiro hospital da Santa Casa foi fundado em 1543 na vila de São Vicente e que até o final do século XIX na maioria das cidades médias ou grandes havia um hospital da Santa Casa de Misericórdia.

Apesar de se tratar de um serviço de caridade prestado à comunidade haviam também relatos de abuso por parte das amas de leite e negligência quanto aos menores. Esses relatos eram reportados aos presidentes das províncias do Brasil Colônia, porém sem obter muito êxito.

De acordo com Marcílio (2004) o serviço de Rodas de Expostos foi oficialmente encerrado em outubro de 1951 quando a última Roda do país, que se encontrava em São Paulo, foi extinta. Mesmo assim, por algum tempo as Santas Casas de Misericórdia ainda acolheram crianças abandonadas.

FIGURA 17 - Instituto Gentil Bintencourt (Belém, Pará)



FONTE: Pará, Álbum do Estado do Pará (1901-1909), retirado de Rizzini (2017)

FIGURA 18 - Asilo de Menoras Abandonadas Rio de Janeiro 1907



FONTE: Archivos de Assistência à Infância, IPAI, 1907 retirado de Rizzini (2017)

Diante de um crescimento acentuado do número de crianças abandonadas na década de 1920 o governo brasileiro começou a implantar ações para tratar da questão do abandono de crianças. Em 12 de outubro de 1927 foi publicado o Decreto nº 17.943-A - Código de Menores. Neste código foram abordados tanto a questão dos menores abandonados quanto dos menores infratores.

Segundo Rizzini e Rizzini (2004) sabe-se que várias gerações de crianças e adolescentes passaram a primeira fase de suas vidas em grandes instituições fechadas, que até o final da década de 1980 eram denominados de internato de menores ou orfanatos.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e posteriormente com o advento da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, esta prática foi coibida e os orfanatos deram lugar a abrigos, casas lares e colocação em famílias substitutas.

FIGURA 19 - Orfanatos no Brasil até 1990



FONTE: Instituto Fazendo História (2017)

FIGURA 20 - Orfanatos no Brasil até 1990



FONTE: Instituto Fazendo História (2017)

## 4 PANORAMA DA ADOÇÃO NO BRASIL

Durante o tempo de permanência nos programas de abrigo, os próximos passos dos menores são decididos. Infelizmente, nem todas as crianças e adolescentes que são retirados de suas famílias conseguem ser integrados novamente a estas ou recorrer a um parente que os cuide. Neste caso a medida tomada é o cadastro para adoção e a entrada na fila de espera por uma nova família.

### 4.1 A Adoção no Brasil

Atualmente no Brasil 40.959 pessoas estão cadastradas como pretendentes a adoção. Esse número estima somente os cidadãos brasileiros, já que se contado o número total de pessoas entre brasileiros e estrangeiros, chega-se ao montante de 41.273 interessados. Em contrapartida 7.974 crianças e/ou adolescentes esperam na fila de adoção, um número significativamente menor do que o de pretendentes cadastrados e ainda mais baixo se comparado ao número total de crianças e adolescentes abrigados no país que em Junho deste ano chegou à casa dos 47.000.

A Região Sudeste é a que tem o maior número de pretendentes e cadastrados à espera da adoção, contando com 19.168 pretendentes e 3.437 cadastrados. Em seguida apresenta-se a Região Sul com 12.550 pretendentes e 2.436 crianças e adolescentes à espera de uma nova família.

Na teoria, o prazo de permanência em um programa social deve ser de, no máximo, dois anos. Ocorre que, na prática, esse prazo pode se estender por toda a infância e adolescência do menor por problemas que vão desde um processo de adoção moroso por ineficiência do sistema público e culminando pela busca dos pretendentes a um perfil de criança pouco disponível no cadastro. Analisando os dados do Cadastro Nacional de Adoção chega-se ao resultado de que do total de interessados:

1. 18,58% só aceitam adotar crianças da raça branca;
2. 65,89% não aceitam adotar irmãos;
3. 79,73% aceitam adotar crianças com até 05 anos de idade;
4. 64,52% aceitam adotar somente crianças sem doenças;

Em contrapartida no mesmo Cadastro Nacional de Adoção temos que:

1. 59,61% dos cadastrados possuem irmãos;
2. 74,18% do total de cadastrados possuem mais de 05 anos de idade;
3. 19,90% dos cadastrados possuem algum tipo de doença;

FIGURA 21 - Cartaz Incentivando a Adoção



FONTE: OAB São Paulo (2010)

FIGURA 22 - Tirinha Dia Nacional da Adoção



FONTE: Redação Online (2015)

Esses são apenas alguns dados importantes que comparam o interesse dos pretendentes versus o perfil disponível de crianças e adolescentes para adoção. Isso explica o fato de que no ano de 2016 somente 1.226 crianças foram adotadas em todo o país. Os estados do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul foram os que mais adotaram, porém será que a porcentagem de adoção é condizente com o número de menores no cadastro?

## 4.2 A Adoção no Rio Grande do Sul

Em 2016 o Rio Grande do Sul adotou 191 crianças, ganhando destaque como um dos estados que mais adotou conforme o capítulo anterior. Porém na lista de cadastrados para adoção encontram-se 1.248 crianças e adolescentes que representam 15,65% do total de crianças aptas para adoção em todo o País.

O estado atualmente conta com 5.962 pessoas inscritas como pretendentes a adoção o que representa 14,55% do total de pretendentes no país, ficando somente atrás de São Paulo, em todo o Brasil, que possui 21,13% do total de crianças cadastradas e 23,83% do total de pretendentes a adoção.

Para maior apropriação do assunto estudaram-se duas cidades que se destacam na promoção do ato de adotar e no processo de adoção.

### 4.2.1 Caso de Farroupilha

A cidade, que tem somente 69 mil habitantes, é referência no quesito de adoção, já que o processo leva em média um ano para ocorrer, exatamente um terço do tempo encontrado na Região Sul. Em Farroupilha anualmente são adotadas cerca de 20 crianças, e em 2015 houve um aumento para 30, o que representou 5% do total de adoções no estado.

### 4.2.2 Grupos de Apoio em Lajeado

O Grupo de Apoio à Adoção de Lajeado- GAAL se reúne semanalmente para discussões e palestras sobre a adoção. O intuito é de ajudar a entender o processo e esclarecer dúvidas, além de dar apoio e mostrar o caminho para uma adoção segura e legal.

Em 2012 o grupo criou uma cartilha juntamente com o Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar locais que teve tiragem inicial de dois mil exemplares. As comarcas de Lajeado e Encantado somam o número de 13 crianças aptas a adoção na região.

Entende-se que a cidade de Lajeado não necessita receber esse projeto por ser uma cidade referencial para o Estado na questão de adoção.

FIGURA 23 - Curso do GAAL Prepara Pessoas Habilitadas para Adotar



FONTE: Correio do Povo (2011)

## 5 LOCALIZAÇÃO DA PROPOSTA

Para instalação da proposta, foi eleita a cidade de Porto Alegre, situada no Rio Grande do Sul, Estado mais ao sul do território brasileiro. O local é capital e cidade mais populosa do Estado, tendo população estimada de 1.484.491 pessoas no ano de 2017.

### 5.1 Justificativa da Cidade Eleita

A escolha da cidade se deu especificamente por dados significativos de adoção e superlotação dos abrigos já existentes no município, como demonstrado a seguir.

No primeiro trimestre de 2015 o Estado do Rio Grande do Sul foi o que mais adotou no país, ao todo 148 crianças. Diferente do destaque a nível de Estado, Porto Alegre contribuiu nesse número com 17 crianças, sendo somente uma com mais de 05 anos de idade.

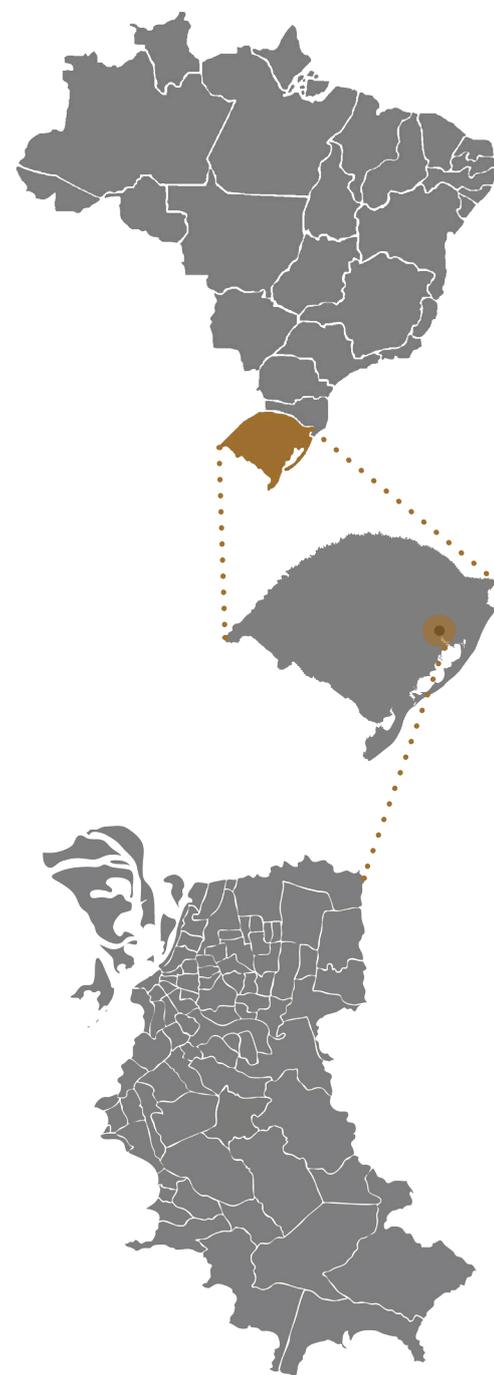
Já em 2016 foram contabilizadas 565 crianças a espera de adoção na cidade e 622 pretendes a esperar para poder adotar.

Nas palavras da promotora da Infância e Juventude Cinara Dutra, em entrevista concedida no ano de 2015: “As ações de destituição familiar que deviam tramitar em 120 dias estão tramitando há anos. Daí as crianças não voltam para a família nem vão para uma substituta. Isso porque faltam cartórios, técnicos e juízes”. Além disso ela cita que o tempo que uma criança permanece no acolhimento é inaceitável, existindo casos de crianças que foram adotadas e ainda assim tiveram que esperar cinco anos para saírem dos abrigos. Ela explica que essa situação resulta em uma criança que passa a primeira fase de sua infância num local de acolhimento enquanto sua nova família aguarda para recebê-la.

Além da questão da adoção, a capital do estado também enfrenta problemas nos programas e expressivo número de abrigados. Estima-se que em todo o estado cerca de 4.500 crianças e adolescentes estejam abrigados em algum dos tipos de programa. Somente em Porto Alegre esse número é de 1.622 (dados de 2017), não contabilizando as casas lar que tem sua localização e informações resguardadas pelo ministério público.

Por esses fatores entende-se que Porto Alegre é a cidade apropriada para receber a proposta do Centro de Acolhimento, sendo a maior cidade do Estado, como já citado, e dividida em zonas diversificadas com dados sociais e econômicos muito variados. Além de que, na prática, as crianças e adolescentes, afastadas de suas famílias e postas a adoção, estão ficando mais tempo que o estipulado pelo ECA, aumentando o já expressivo número de abrigados.

FIGURA 24 - Mapa Brasil, Rio Grande do Sul e Porto Alegre, em sequência



FONTE: Autora (2017)

## 5.2 Análise das Unidades Existentes

O objetivo deste capítulo é fazer uma análise dos abrigos e casas lar existentes para estudo de onde essas unidades se encontram inseridas, quais as quantidades de casas ou abrigos agrupadas no mesmo local e qual a quantidade de usuários atendida. Esses dados visam ajudar na escolha da região, bairro e terreno dentro de Porto Alegre.

Primeiramente se estudarão os órgãos responsáveis por manter e cuidar dos tipos de abrigamento em nível municipal e estadual.

### 5.2.1 Fundação de Assistência Social e Cidadania

A Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC:

“É o órgão gestor da Política de Assistência Social no Município de Porto Alegre, responsável pela oferta de serviços, programas e benefícios que promovam a inclusão de cidadãos, famílias e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social. Por meio de sua rede socioassistencial própria e também conveniada, trabalha balizada pelas diretrizes e princípios da Política Nacional de Assistência Social, a qual define a assistência como direito à proteção social e objetiva a consolidação dos direitos sociais a todos que dela necessitam.” (PORTO ALEGRE, TEXTO DIGITAL, Acesso em: 09.2017)

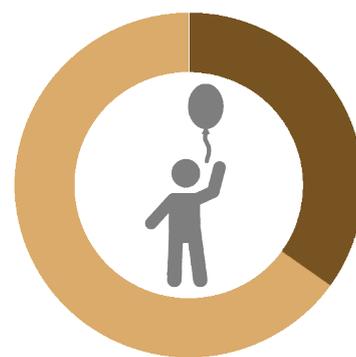
Segundo levantamento feito para esta pesquisa, atualmente, a FASC trabalha com três formas de abrigamento distintas que são:

1. **CASAS LAR:** com número de abrigados e localização resguardada e sigilosa. Atualmente existem 12 casas desta modalidade em Porto Alegre.

2. **CONVÊNIOS:** mantidos pela FASC e administrados por ONG's, possuem o mesmo formato e programa das casas lar porém contam com um número mais expressivo de usuários. Ao todo são 56 casas na cidade.

3. **INSTITUIÇÕES ESPECIAIS:** também trabalham na forma de convênio, sendo mantidos pela FASC e administrados por ONG's. Porto Alegre possui quatro unidades desta modalidade, que recebem exclusivamente crianças e adolescentes com necessidades especiais.

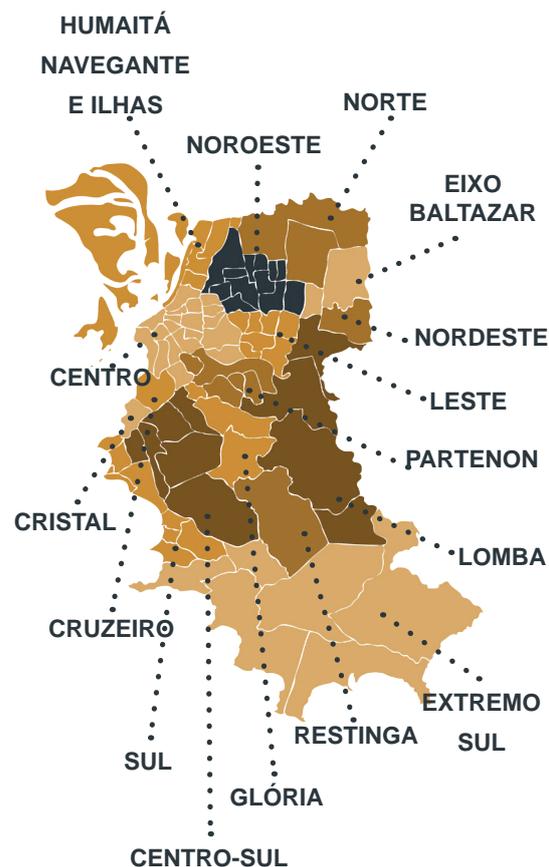
FIGURA 25 - Gráfico Porcentagem de Crianças Abridadas no Rio Grande do Sul que estão em Porto Alegre



**MAIS DE 37% DAS CRIANÇAS ABRIGADAS NO RS ESTÃO EM PORTO ALEGRE**

FONTE: Cadastro Nacional de Adoção e Zero Hora, modificado pela autora (2017)

FIGURA 26 - Mapa das Regiões de Porto Alegre



FONTE: Autora (2017)

## 5.2.2 Fundação de Proteção Especial

A Fundação de Proteção Especial - FPE é “encarregada de executar as medidas de abrigagem no âmbito do governo do Estado. Tem como objetivo contribuir e executar as medidas de proteção às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.” Conta atualmente com 36 casas distribuídas pela cidade e atende 547 crianças e adolescentes.

## 5.2.3 Compilação de Dados

Através dos dados disponíveis foi elaborada uma tabela, com a quantidade de crianças atendidas, localização do abrigo e a faixa etária trabalhada, atualmente, em cada unidade. A separação é dada pela distinção dos tipos de programa. Os mapas ao lado mostram a localização das unidades na malha urbana da cidade de Porto Alegre.

TABELA 01 - Casas Lar Conveniadas da FASC

CASA LAR CONVÊNIO FASC	QUANTIDADE DE UNIDADES	QUANTIDADE USUÁRIOS ATENDIDA	IDADE ATENDIDA	LOCALIZAÇÃO	Nº MAPA
ALDEIA INFANTIL SOS DE BRASIL	6	125	4 A 17	AV. CALDEIA 250 - SARANDI	1
AÇÃO SOCIAL DE FÉ	4	53	0 A 18	AV. SOUZA MELO 489 - SARANDI	2
SEMPRE MULHER	2	15	4 A 17	RUA XAVIER DE CARVALHO 80 - SARANDI	3
AÇÃO SOCIAL ALIANÇA	4	73	0 A 6	RUA DR. TELMO VERGARA 293 - INTERCAP	4
ESPERANÇA DE AMPARO ÀS CRIANÇAS	3	32	3 A 18	RUA DEODORO 255 - MORRO SANTANA	5
SOS CASAS DE ACOLHIDA	2	38	0 A 6	RUA MIGUEL TOSTES 575 - RIO BRANCO	6
CASA DE ACOLHIMENTO	1	78	7 A 12	RUA CALDRE FIÃO 295 - SANTO ANTÔNIO	7
INSTITUTO RECRIAR - CASA AMARELA	1	13	8 A 17	CANTO E MELLO 269 - NONOAI	8
LAR ESPERANÇA DE PORTO ALEGRE	1	18	0 A 18	RUA DEODORO 250 - MÁRIO QUINTANA	9
LAR SÃO JOSÉ	2	20	0 A 18	RUA SÃO MANOEL 1909 - SANTANA	10
PÃO DOS POBRES DE SANTO ANTÔNIO	4	100	0 A 18	RUA DA REPÚBLICA 801 - CIDADE BAIXA (sede)	11
LAR CRIANÇA ADOLESCENTE	1	14	2 A 13	TRAVESSA NADIR 11 - SANTA TEREZA	12
POBRES SERVOS DA DIVINA PROV.	22	250	2 A 18	AV. BENTO GONÇALVES 1701 - PARTENON (sede)	13
MITRA	3	24	0 A 18	CHÁCARA DO BANCO 71 - RESTINGA	14
<b>TOTAL DE UNIDADES: 56</b>		<b>TOTAL CRIANÇAS ATENDIDAS CASAS LAR CONVÊNIO FASC: 853</b>			

FONTE: Padrinho Nota 10, modificado pela autora (2017)

TABELA 02 - Casas Lar Para Portadores de Necessidades Especiais Conveniadas da FASC

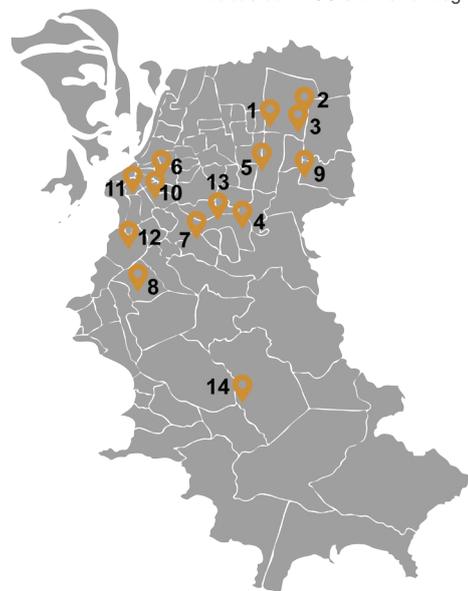
CASA LAR CONVÊNIO FASC - PORT. NEC. ESPECIAIS	QUANTIDADE DE UNIDADES	QUANTIDADE USUÁRIOS ATENDIDA	IDADE ATENDIDA	LOCALIZAÇÃO	Nº MAPA
LAS STO. ANT. DOS EXCEPCIONAIS	1	83	0 A 18	AV. ANTÔNIO DE CARVALHO 105 - AGRONOMIA	1
CASA SANTA RITA DE CÁSSIA	1	53	0 A 9	RUA MARTIM FÉLIX BERTA 1423 - RUBEM BERTA	2
INSTITUTO AMPARO AO EXCEPCIONAL	1	57	11 A 61	RUA CURUPAITI 880 - CRISTAL	3
CASA DO MENINO JESUS DE PRAGA	1	29	0 A 18	RUA NELSON ZANG 285 - INTERCAP	4
<b>TOTAL DE UNIDADES: 4</b>		<b>TOTAL CRIANÇAS ATENDIDAS CASAS LAR CONVÊNIO FASC: 222</b>			

FONTE: Padrinho Nota 10, modificado pela autora (2017)

Percebe-se que muitas unidades estão agrupadas num mesmo endereço, como pode-se ver na imagem ao lado, otimizando o espaço e dividindo alguns serviços entre um número maior de usuários.

Dessa forma o número de atendidos pela tabela é dividido pelo número de unidades. Pela Tabela 01, percebe-se que as unidades conveniadas da FASC possuem uma média de média de 15,2 crianças por casa, o que extrapola o número máximo permitido pelo formato do programa Casa Lar, que é de 10 crianças e/ou adolescentes por casa.

FIGURA 27 - Mapa Distribuição das Casas Lar Conveniadas da FASC em Porto Alegre



FONTE: Autora (2017)

FIGURA 28 - Mapa Distribuição das Casas Lar Conveniadas da FASC para Portadores de Necessidades Especiais em Porto Alegre



FONTE: Autora (2017)

FIGURA 29 - Imagem Aérea Abrigo Aldeia Infantil SOS do Brasil em Porto Alegre no Bairro Sarandi



FONTE: Google Maps (2017)

Ainda sobre a Tabela 01 conclui-se que a capacidade máxima das Casas Lar conveniadas da FASC, conforme as normativas estaduais e federais, estudadas no capítulo Condicionantes Legais, seria de 560 crianças e/ou adolescentes (número total de casas x capacidade máxima estipulada de 10 crianças e/ou adolescentes por unidade). Logo afirma-se que existe uma superlotação significativa de 293 usuários, o que reforça a implantação do projeto na cidade de Porto Alegre.

Os dados dos abrigos de responsabilidade da FPE também foram compilados para análise. Em geral, essas unidades são denominadas de Núcleo de Abrigos Residenciais - NAR e o bairro onde estão inseridos.

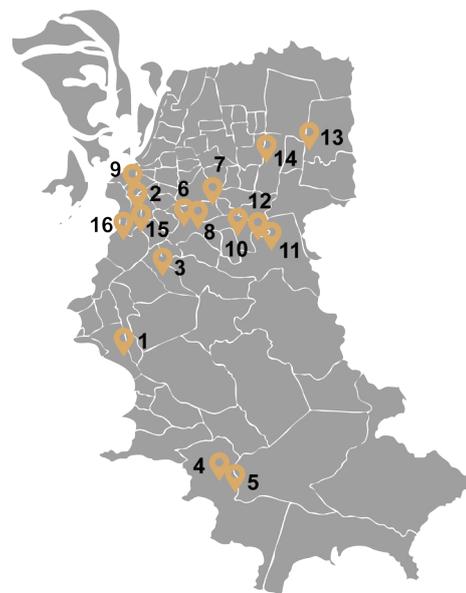
Os abrigos da FPE atendem a mesma tipologia das Casas Lar conveniadas da FASC, estando esses agrupados num mesmo endereço. Porém percebe-se que o cuidado com a lotação é maior nas unidades supervisionadas pelo Estado, uma vez que a média de crianças e/ou adolescentes nos abrigos da FPE é de 15,1 usuários -num programa que prevê no máximo 20 usuários por unidade.

TABELA 03 - Núcleos de Abrigos Residenciais da FPE

ABRIGOS FPE	QUANTIDADE ATENDIDA	LOCALIZAÇÃO	IDADE ATENDIDA	Nº MAPA
NAR IPANEMA 03	13	RUA DÉA COUFAL 878 - IPANEMA	0 A 18	1
NAR IPANEMA 04	17	RUA DÉA COUFAL 878 - IPANEMA	0 A 18	1
NAR IPANEMA 10	12	RUA DÉA COUFAL 878 - IPANEMA	0 A 18	1
NAR IPANEMA 12	12	RUA DÉA COUFAL 878 - IPANEMA	0 A 18	1
NAR IPANEMA 18	12	RUA DÉA COUFAL 878 - IPANEMA	7 A 18	1
NAR IPANEMA 20	8	RUA DÉA COUFAL 878 - IPANEMA	0 A 18	1
NAR IPANEMA 21	17	RUA DÉA COUFAL 878 - IPANEMA	0 A 18	1
NAR IPANEMA 29	13	RUA DÉA COUFAL 878 - IPANEMA	0 A 18	1
<b>TOTAL CRIANÇAS ATENDIDAS NAR IPANEMA: 103</b>				
NAR MENINO DEUS 01	12	RUA GONÇALVES DIAS 193 - MENINO DEUS	0 A 18	2
NAR MENINO DEUS 14	14	RUA GONÇALVES DIAS 193 - MENINO DEUS	0 A 12	2
NAR MENINO DEUS 22	15	RUA GONÇALVES DIAS 193 - MENINO DEUS	0 A 16	2
NAR MENINO DEUS 31	15	RUA GONÇALVES DIAS 193 - MENINO DEUS	0 A 16	2
NAR MENINO DEUS 32	15	AV. TERESÓPOLIS 2320 - TERESÓPOLIS	0 A 16	3
<b>TOTAL CRIANÇAS ATENDIDAS NAR MENINO DEUS: 71</b>				
NAR BELEM NOVO 05	14	BECO DO MOTA 505 - BELEM NOVO	0 A 18	4
NAR BELEM NOVO 06	14	ESTRADA DO LAMI 1150- BELEM NOVO	0 A 18	5
NAR BELEM NOVO 07	13	ESTRADA DO LAMI 1150- BELEM NOVO	0 A 18	5
NAR BELEM NOVO 08	15	ESTRADA DO LAMI 1150- BELEM NOVO	0 A 18	5
NAR BELEM NOVO 16	13	RUA FLORÊNCIO FARIAS 1064 - BELEM NOVO	0 A 18	5
NAR NEHYTA RAMOS	16	ESTRADA DO LAMI 1150- BELEM NOVO	12 A 18	5
<b>TOTAL CRIANÇAS ATENDIDAS NAR BELÉM NOVO: 85</b>				
NAR ZONA OESTE 33	18	RUA TOBIAS BARRETO 200 - PARTENON	0 A 18	6
NAR ZONA OESTE 34	11	RUA SAICÃ 221 - JARDIM BOTÂNICO	0 A 18	7
NAR ZONA OESTE 36	17	RUA BARÃO DO AMAZONAS 1777 -	2 A 7	8
NAR ZONA OESTE 37	15	RUA BARONESA DO GRAVATAÍ 510 - CIDADE BAIXA	0 A 18	9
NAR ZONA OESTE 38	16	RUA TOBIAS BARRETO 216 - PARTENON	0 A 18	6
<b>TOTAL CRIANÇAS ATENDIDAS NAR BELÉM NOVO: 77</b>				
NAR INTERCAP 9	13	RUA ANGELO BARCELOS 439 - PARTENON	0 A 18	10
NAR INTERCAP 17	13	RUA PADRE TODESCO 535 - INTERCAP	0 A 12	11
NAR INTERCAP 25	14	RUA WALDOMIRO SCHAPKE 110 - INTERCAP	0 A 18	12
NAR INTERCAP 26	15	RUA PADRE TODESCO 795 - INTERCAP	0 A 18	11
<b>TOTAL CRIANÇAS ATENDIDAS NAR INTERCAP: 55</b>				
NAR ZONA NORTE 02	5	AV. BALTAZAR GRACIA 2650 - RUBEM BERTA	0 A 18	13
NAR ZONA NORTE 28	11	AV. BALTAZAR GARCIA 2650 - RUBEM BERTA	0 A 18	13
NAR ZONA NORTE 23	11	RUA BISPO JOÃO SCALABRINI 23 - JARDIM ITU SABARÁ	0 A 17	14
NAR ZONA NORTE 24	11	RUA BISPO JOÃO SCALABRINI 24 - JARDIM ITU SABARÁ	0 A 17	14
<b>TOTAL CRIANÇAS ATENDIDAS NAR ZONA NORTE: 38</b>				
JOSÉ L. LEITE ABRIGO	33	RUA SILVEIRO 572 - MENINO DEUS	8 A 18	15
JOSÉ L. LEITE NAR 35	10	RUA SILVEIRO 572 - MENINO DEUS	4 A 18	15
JOSÉ L. LEITE NAR 39	13	RUA SILVEIRO 572 - MENINO DEUS	8 A 18	15
<b>TOTAL CRIANÇAS ATENDIDAS ABRIGO JOSÉ LEITE: 56</b>				
CÔNEGO P. DE NADAL	62	AV. PADRE CACIQUE 1372 - MENINO DEUS	0 A 18	16
<b>TOTAL CRIANÇAS ATENDIDAS CÔNEGO NADAL: 62</b>				
<b>TOTAL DE UNIDADES: 36</b>		<b>TOTAL CRIANÇAS ATENDIDAS ABRIGOS FPE: 547</b>		

FONTE: Padrinho Nota 10, modificado pela autora (2017)

FIGURA 30 - Mapa Distribuição dos Abrigos da FPE em Porto Alegre



FONTE: Autora (2017)

FIGURA 31 - NAR Ipanema, imagem interna do complexo



FONTE: SDSTJDH (2017)

Analisando os diagramas que pontuam essas unidades pela cidade, conclui-se que a distribuição encontra-se concentrada em maior quantidade na porção central do mapa, destacando-se as zonas: Centro, Leste e Partenon. Por outro lado a região da Restinga e do Extremo-Sul quase não possuem unidades pontuadas.

Em pesquisa feita através do site da FASC, encontrou-se a informação de que na zona sul da cidade se concentram mais as unidades de casas lar que tem a sua localização resguardada.

#### 5.2.4 Situação das Unidades Existentes

Para entender o funcionamento das unidades existentes atualmente na cidade de Porto Alegre, foram analisados dois documentos que estudam o panorama dos programas de abrigamento a nível de região e estado e a nível de município. O trabalho de conclusão denominado “Organização das Casas Lar no Município de Porto Alegre” da autora Laura Lima Zigue e o documento formulado pelo governo federal chamado de “Om Olhar mais Atento aos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes no País”.

Os documentos analisados datam de 2014 e 2013, respectivamente, porém são uma importante fonte de dados que ajudam a entender a situação do abrigamento na cidade e no estado.

Abaixo os apontamentos mais relevantes retirados dos documentos:

1. Do número de acolhidos mais de 37% não perderam o vínculo com a família, não foram destituídos da sua família, portanto não podem ser encaminhados para adoção.

2. Cerca de 18% dos abrigados na cidade de Porto Alegre possuem mais de 18 anos, porém encontram dificuldades de perder o vínculo com o abrigo / casa lar e por isso continuam na instituição. O relato da falta de oportunidade de profissionalização e treinamento para o desligamento, segundo os manuais, é o fator mais relevante para a não saída desse usuário.

3. A não saída do usuário maior de 18 anos culmina diretamente na falta de vagas para outras crianças e adolescentes em situação de risco e que deveriam ser enviados a um programa de abrigagem.

4. Das crianças e adolescentes aptos para serem adotados, 90% possui mais de 8 anos, ou seja, conforme visto no capítulo anterior, a chance desses usuários serem adotados é muito pequena.

FIGURA 32 - Fachada do Abrigo José Leite



FONTE: Street View (2017)

FIGURA 33 - Abrigo Cônego Paulo de Nadal unidade da FASE em Porto Alegre.



FONTE: POA 24 Horas (2017)

5. Quanto ao tempo de permanência constatou-se que aproximadamente 35% das crianças permanecem mais de dois anos, diferente do que é previsto pelo ECA.

6. Em todas as unidades foram constatados casos de usuários que entraram bebês e saíram com 18 anos, ou seja, passaram 18 anos no abrigo.

7. Das casas vistoriadas pelo Ministério Público, no ano de 2014, apenas 1 não apresentava risco à saúde dos abrigados, mostrando a precariedade do serviço na cidade de Porto Alegre.

8. A faixa etária mais atendida na Região Sul são meninos e meninas com idade de 12 a 15 anos, seguidos pela faixa etária de 6 a 11 anos.

9. Foi constatada a carência do serviço de lazer para crianças e adolescentes, que fica condicionada a passeios organizados pelas instituições.

10. Os principais motivos pelo afastamento dos usuários de suas famílias é: negligência dos pais e/ou responsável, dependência química/alcoólismo dos pais, abandono, violência doméstica e abuso sexual. Em muitos casos mais de um motivo se apresentam juntos.

11. Em nível federal constatou-se que mais de 75% das entidades informaram que existem usuários que não recebem visitas dos pais a mais de dois meses. Esse fator é encontrado igualmente em todas as regiões, não havendo o destaque positivo ou negativo de alguma.

Com a análise dos apontamento percebe-se a necessidade do projeto estar na cidade de Porto Alegre, bem como a precariedade desse serviço. Um número significativo de crianças e adolescentes permanece muito mais do que o tempo estipulado por lei, fazendo então da instituição que o acolheu, muitas vezes, uma casa definitiva. Logo, o projeto deverá trabalhar com esse dado, entendendo que na teoria o Centro de Acolhimento é um lugar de passagem, porém na prática ele pode ser o lar de muitos usuários por toda a sua infância.

## 6 ESTUDO DO LOCAL

Para implementação de um abrigo ou casa lar na cidade foi necessário o estudo das zonas para conclusão do lugar que atende melhor os pré-requisitos de um projeto desse porte.

### 6.1 Estudo Social das Zonas da Cidade

Para a análise foi utilizado o manual “Mapa de Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre”, elaborado pela prefeitura municipal de Porto Alegre.

Os fatores analisados nesse estudo, bem como a explanação do que representam foram retiradas do manual, e são os seguintes:

“Taxa de Escolarização de Crianças de 4 a 6 anos: é a proporção de crianças que se encontram em pré-escola sobre o total de crianças nessa faixa etária. Este indicador mensura o acesso ao ensino pré-escolar, correspondendo à taxa líquida de matrícula nesse nível de ensino.” (PORTO ALEGRE, 2004 p. 24)

“Desenvolvimento Infantil: é um estudo das condições propiciadas ao crescimento saudável das crianças e leva em consideração o percentual de crianças que frequentam escolas.” (PORTO ALEGRE, 2004 p. 27)

“Educação: é a proporção entre taxa de alfabetização, número médio de anos de estudos dos responsáveis pelos domicílios e percentual de responsáveis pelos domicílios com 11 anos ou mais de estudo.”(PORTO ALEGRE, 2004 p. 26)

“Habitação: esse indicador une os dados do percentual de domicílios aglomerados subnormais e o percentual de domicílios em situação de irregularidade fundiária. A moradia em situação de irregularidade fundiária além de dimensionar a população de baixa renda é também um indicador de vulnerabilidade social, visto que estes segmentos estão mais expostos a situações de risco seja em função da localização física da própria habitação seja à criminalidade violenta.” (PORTO ALEGRE, 2004 p. 28)

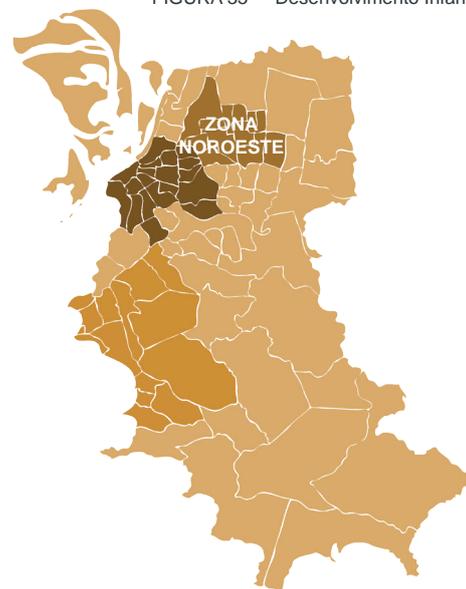


FIGURA 34 - Taxa de Escolarização de Crianças de 4 a 6 anos



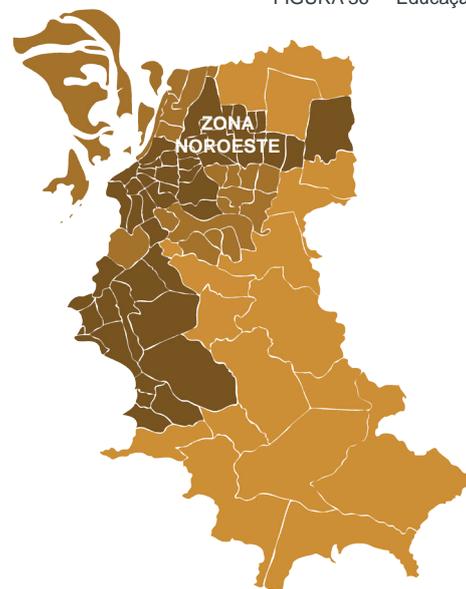
FONTE: Mapa de Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre, modificado pela autora (2017)

FIGURA 35 - Desenvolvimento Infantil



FONTE: Mapa de Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre, modificado pela autora (2017)

FIGURA 36 - Educação



FONTE: Mapa de Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre, modificado pela autora (2017)

“Índice de Envelhecimento: é a relação entre a população de 60 anos e mais a população menor de 15 anos. Expressa o envelhecimento da população, determinando quantos idosos existem para cada cem jovens.” (PORTO ALEGRE, 2004 p. 24)

“Renda: é a proporção dentre a média da renda dos responsáveis pelos domicílios e da desigualdade de renda.” (PORTO ALEGRE, 2004 p. 23)

“Taxa de Homicídios: é o número de óbitos por homicídios segundo o local de moradia das vítimas em relação a 10.000 habitantes da população da região de moradia das vítimas.” (PORTO ALEGRE, 2004 p. 27)

“Taxa de Mortalidade Infantil: é a relação do número de óbitos de crianças menores de um ano por mil nascidos vivos em determinado período. Esse indicador é importante para apontar as condições de vida pois reflete a situação de saneamento básico, a escolaridade materna, a insuficiência de renda e outros fatores importante ao desenvolvimento infantil, expressando também a maior ou menor possibilidade de uma população desfrutar uma vida longa e saudável.” (PORTO ALEGRE, 2004 p. 24)

“Vulnerabilidade Infanto-Juvenil: é a combinação entre a taxa de homicídios e o percentual de crianças e adolescentes na população da região.” (PORTO ALEGRE, 2004 p. 27)

A partir dos mapas fornecidos no documento, novos mapas foram graficados analisando os dados.

FIGURA 37 - Habitação



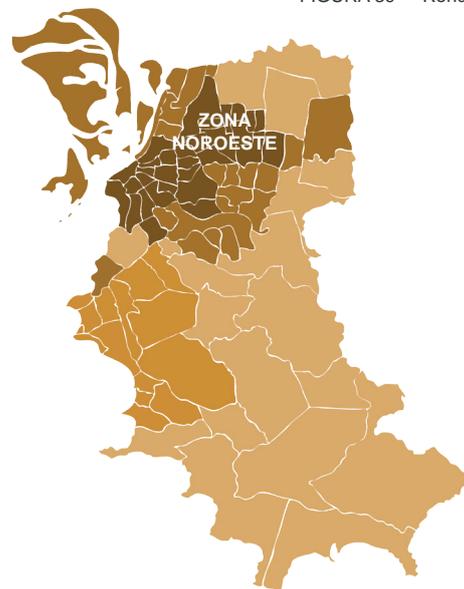
FONTE: Mapa de Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre, modificado pela autora (2017)

FIGURA 38 - Índice de Envelhecimento



FONTE: Mapa de Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre, modificado pela autora (2017)

FIGURA 39 - Renda



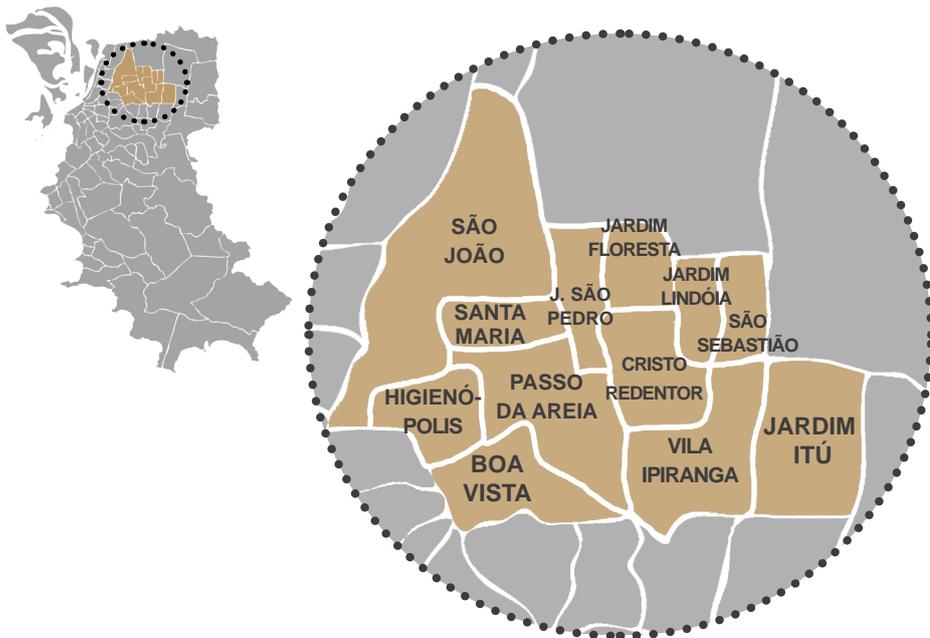
FONTE: Mapa de Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre, modificado pela autora (2017)



## 6.2 A Zona Noroeste

A Zona Noroeste formada pelos bairros: Boa Vista, Cristo Redentor, Higienópolis, Jardim Floresta, Jardim Itú, Jardim Lindóia, Jardim São Pedro, Passo D' Areia, Santa Maria Goretti, São João, São Sebastião e Vila Ipiranga, foi a que obteve maior destaque nos índices em aspectos pertinentes para a acomodação do projeto de uma casa de acolhimento de menores.

FIGURA 40 - Mapa de Porto Alegre e Porção Zona Noroeste



FONTE: Autora (2017)

Conforme o Mapa de Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre, juntamente com a região Centro, a Noroeste tem classificação de vulnerabilidade social baixa. As duas regiões juntas abrigam um terço da população de Porto Alegre. Os motivos dessa região se encaixar num índice baixo de vulnerabilidade social se dá por vários fatores.

A Zona Noroeste é a que possui o segundo maior número de escolas da cidade, segundo o manual analisado, dado essencial para implementação de um projeto onde todos os usuários irão frequentar esse serviço. E do total de crianças de 0 a 6 anos na zona, 43% estão frequentando a escola. Já na faixa de 7 a 14 anos todas as crianças apresentam inserção escolar e 93,78% dos adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos cursam o ensino médio.

A taxa de homicídios ganha destaque por ser baixa, de 1,7 pessoas por 10.000 habitantes, tornando-se assim um ambiente seguro para os futuros usuários do projeto proposto.



FIGURA 41 - Taxa de Homicídios



FONTE: Mapa de Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre, modificado pela autora (2017)

FIGURA 42 - Taxa de Mortalidade Infantil



FONTE: Mapa de Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre, modificado pela autora (2017)

FIGURA 43 - Vulnerabilidade Infanto-Juvenil



FONTE: Mapa de Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre, modificado pela autora (2017)

O manual cita que a mortalidade infantil é de 12,8 bebês a cada 1.000 e quanto ao índice de envelhecimento a quantidade é de 89,21 idosos para cada 100 crianças e adolescentes, número elevado, ajudando a implantação do projeto a mudar esse dado.

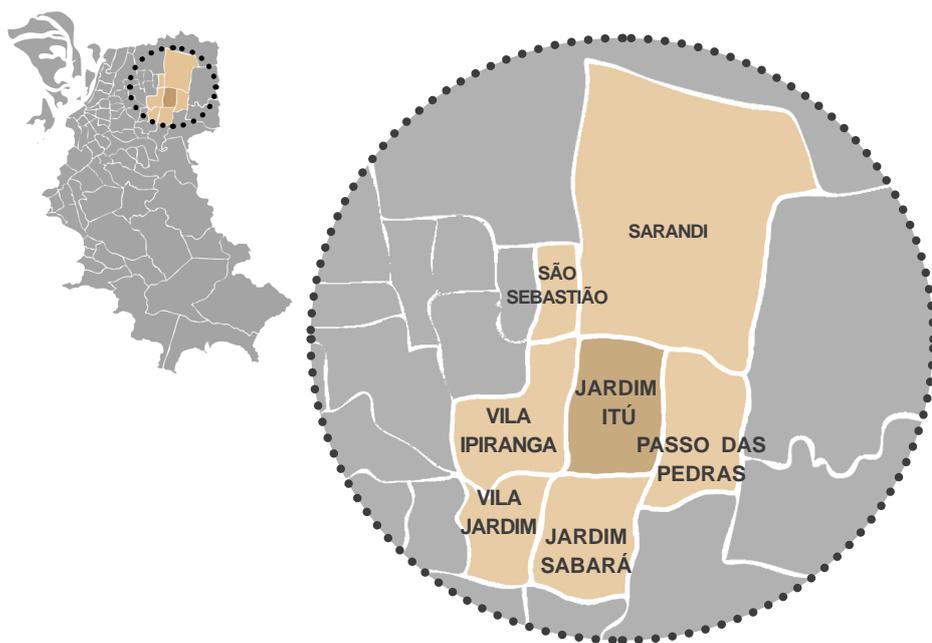
Já no indicativo de condições de vida a região recebeu qualificação média por possuir alta concentração populacional, tendo alguns bairros formados como incentivo à moradia de operários fabris, perto da zona industrial para redução dos custos e do tempo em deslocamentos. Exemplo disso é a Vila do IAPI, localizada no bairro Passo D' Areia.

Portanto conclui-se que a Zona Noroeste está apropriada para receber a implementação do projeto.

### 6.3 O Bairro Jardim Itú

O bairro faz parte da Zona Noroeste de Porto Alegre, analisada no capítulo anterior, e encontra-se na porção leste. O mesmo foi escolhido como o melhor bairro, dentro desta zona, para a locação deste projeto. Jardim Itú possui limite com os seguintes bairros: Sarandi, Passo das Pedras, Jardim Sabará, Vila Jardim, Vila Ipiranga e São Sebastião.

FIGURA 44 - Mapa de Porto Alegre e Porção Bairro com Entorno



FONTE: Autora (2017)

### 6.3.1 História e Características

A área que compreende o bairro Jardim Itú não passava de uma grande fazenda até as primeiras décadas do século XX. Na década de 50, com o início da urbanização a região se transformou em um loteamento e nas décadas seguintes, com o processo de planejamento urbano metropolitano, a prefeitura procurou diminuir a dependência das regiões do centro da cidade.

O bairro possui características residenciais mas também apresenta pequeno comércio e serviços. Foi eleito para a locação do Centro de Acolhimento por constar com significativa quantidade de áreas verdes e escolas.

Em 2014, o bairro sofreu alterações físicas, já que antes se denominava Jardim Itú-Sabará e abrangia o, hoje, bairro Jardim Sabará.

Como delimitantes ao leste, Jardim Itú faz divisa com os bairros Sarandi e Passo das Pedras, citados no Mapa de Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre com condições de vida baixa. O bairro Sarandi possui a renda baixa de 4,41 salários mínimos, e o bairro Passo das Pedras possui características de pior condições de vida dentro do grupo analisado pelo manual. Os dois bairros também apresentam alta taxa de vulnerabilidade infanto-juvenil.

Entende-se através do estudo desses dois bairros, que futuros usuários do Centro de Acolhimento poderão vir dessas localidades, fazendo com que o CAM esteja próximo e não se distancie da realidade do usuário, item previsto nas diretrizes federais, estudado nos próximos capítulos.

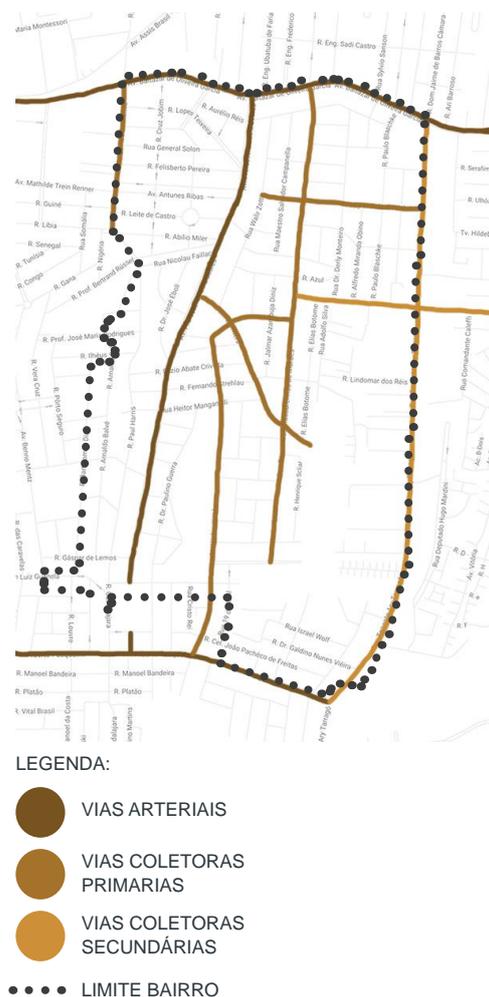
### 6.3.2 Vias e Mobilidade

A principal via de acesso ao bairro é a Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, que também é a via delimitante. Outra via de acesso importante é a Avenida Alberto Pasqualini, que faz a conexão a outras ruas locais e que está no bairro Jardim Sabará.

Percebe-se que poucas vias possuem uma extensão larga conectando a avenidas ou eixos importantes. A única encontrada foi a Av. Professora Paula Soares, marcada no mapa ao lado como via arterial.

As vias marcadas no mapa possuem gabaritos largos e, em geral, possuem grandes canteiros ao meio, mostrando a importância das mesmas.

FIGURA 45 - Mapa Vias Principais



FONTE: Autora (2017)



## 6.4 O Terreno

O terreno foi escolhido por estar perto de áreas de importantes para a implantação do projeto e por ser uma 'Superfície Limitadora de Interesse Público' conforme o sistema da SMURB. Em contato com a SMURB em Setembro de 2017, foi explicado a autora que as áreas denominadas assim são de interesse e/ou propriedade da Prefeitura de Porto Alegre para implantação de equipamentos.

Conforme plataforma digital DMWEB a área é escolar, ou seja, pode receber qualquer projeto de cunho institucional, sendo o abrigo, um deles.

Bem próximo do lote escolhido encontram-se a Escola Estadual Professor Elmano Lauffer Leal e a Praça Miguel Anibal Genta.

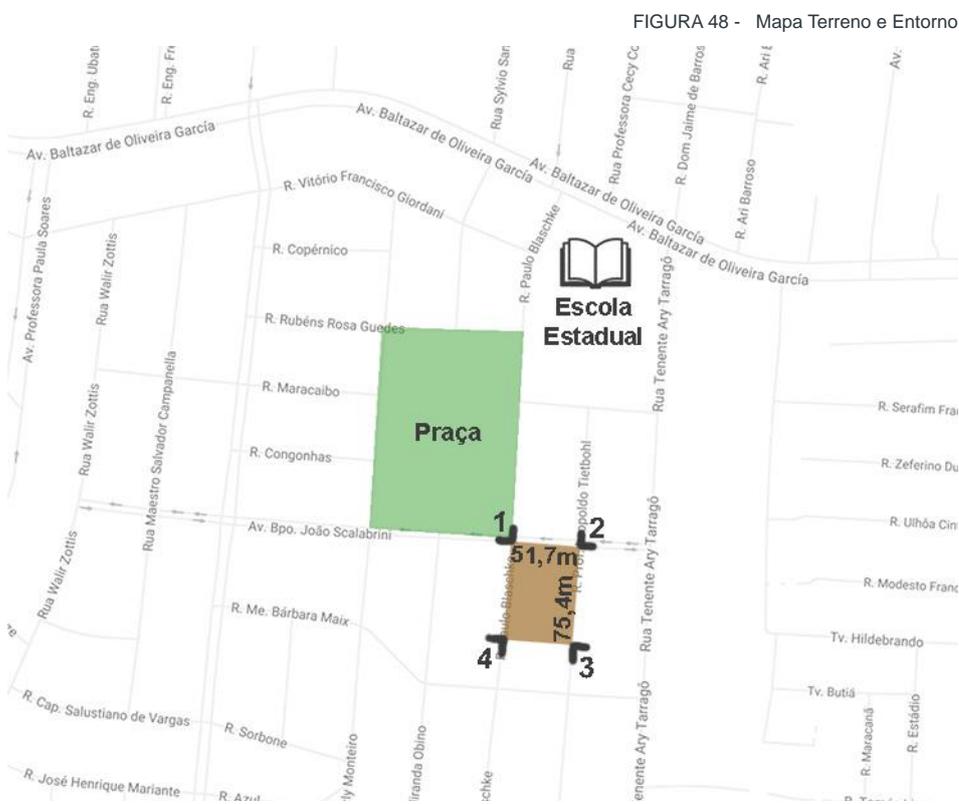


FIGURA 48 - Mapa Terreno e Entorno

FONTE: SnazzyMaps, modificado pela autora (2017)

Estudos foram feitos para análise do terreno e entendimento de como se projetará o Centro de Acolhimento nesta área. Através da análise de vias e fluxos, usos do entorno, alturas do entorno e características do terreno pode-se concluir como será a tipologia resultante, fazendo com que algumas diretrizes projetuais já sejam definidas na etapa de Trabalho de Conclusão I.

FIGURA 49 - Visual 1



FONTE: Street View (2017)

FIGURA 50 - Visual 2



FONTE: Street View (2017)

FIGURA 51 - Visual 3



FONTE: Street View (2017)

FIGURA 52 - Visual 4



FONTE: Street View (2017)

## 6.4.1 Vias e Fluxos

A área escolhida é limitante com três ruas: Av. Bispo João Scalabrini, Rua Paulo Blaschke e Rua Professor Leopoldo Tietbohl. Suas dimensões são de 51,70 metros por 75,47 metros, totalizando 3.901,80 metros quadrados de terreno.

A Av. Bispo João Scalabrini é a via de maior fluxo e gabarito, e as demais ruas são vias locais. As três ruas são pavimentadas com paralelepípedos, mostrando que as mesmas não são vias de alta velocidade. As mesmas tem sentido mão dupla.

As paradas de ônibus, foram locadas no próximo mapa para mostrar que o acesso é possível através da rede de transporte público.

FIGURA 53 - Mapa de Vias, Fluxos e Pontos de Ônibus



LEGENDA:

- AV. BISPO JOÃO SCALABRINI  
VIA DE MAIOR FLUXO
- RUA PAULO BLASCHKE E PROF. LEOPOLDO  
TIETBHOHL - VIA DE MENOR FLUXO
- VIAS PARA ACESSO AO TERRENO



PARADA DE ÔNIBUS  
PRÓXIMAS AO TERRENO

FONTE: SnazzyMaps, modificado pela autora (2017)

FIGURA 54 - Entorno do Terreno



FONTE: Street View (2017)

FIGURA 55 - Entorno do Terreno



FONTE: Street View (2017)

FIGURA 56 - Entorno do Terreno



FONTE: Street View (2017)

FIGURA 57 - Entorno do Terreno



FONTE: Street View (2017)

## 6.4.2 Usos do Entorno

Um mapa com os usos do entorno foi elaborado. Percebe-se que a borda com a Av. Baltazar de Oliveira Garcia possui predominância comercial por ser um eixo importante da cidade, que faz a ligação de bairros. Da mesma forma a Rua Tenente Ary Tarragô possui um largo trecho com comércio e serviços, transformando-se posteriormente em uso residencial.

Além da Praça Anibal Genta, já citada, outra área verde se encontra próximo ao terreno, porém esta não é denominada de parque ou praça. A predominância do entorno é de residências, com alguns poucos pontos onde se encontram escolas, sendo a localização do terreno ideal para a implementação do Centro de Acolhimento, estando o entorno conformado com o que é pedido nas legislações a nível estadual e federal, conforme mostra-se posteriormente.

FIGURA 58 - Mapa de Usos do Entorno



LEGENDA:

ÁREA VERDE

USO COMERCIAL E SERVIÇOS

USO RESIDENCIAL

ESCOLA

FONTE: SnazzyMaps, modificado pela autora (2017)



## 6.5 Tipologia Resultante

Com a análise do entorno e do terreno é possível definir alguns parâmetros para a concepção do projeto na etapa dois do Trabalho de Conclusão de Curso.

Como o entorno possui altura predominante de 1 a 2 pavimentos, entende-se que o CAM obedecerá a esse limite, sendo, provavelmente um complexo com edificações térreas. Da mesma forma com o uso predominante residencial o CAM adotará a estética residencial, não sendo suas fachadas de destaque, envidraçadas ou de qualquer outra materialidade e forma que destoe do entorno, pois conclui-se que o projeto deve ser discreto e harmonioso com as demais edificações existentes.

Com o estudo do bairro foi possível constatar que mesmo que existam áreas verdes em grande quantidade, faltam equipamentos de uso público, como playgrounds, quadras, entre outros, que sejam implantados pelos órgãos responsáveis, e não abertos irregularmente em terrenos não edificadas. Portanto, entende-se que o CAM poderá ajudar a suprir a carência dessas áreas, uma vez que o mesmo será implantado em um terreno amplo e grande, tendo o lote espaço suficiente para implantação de áreas de lazer que possam conectar, de maneira pacata e saudável, dentro da permissão das normativas, a comunidade com os usuários do futuro centro.

## 7 CONDICIONANTES LEGAIS

Foi elaborada a análise de condicionantes legais que influenciam diretamente na montagem do programa. Em primeiro plano, os condicionantes legais do terreno foram analisados, em seguida os condicionantes do programa, para finalizar apontamentos de outras normas serão citados.

### 7.1 Do Terreno

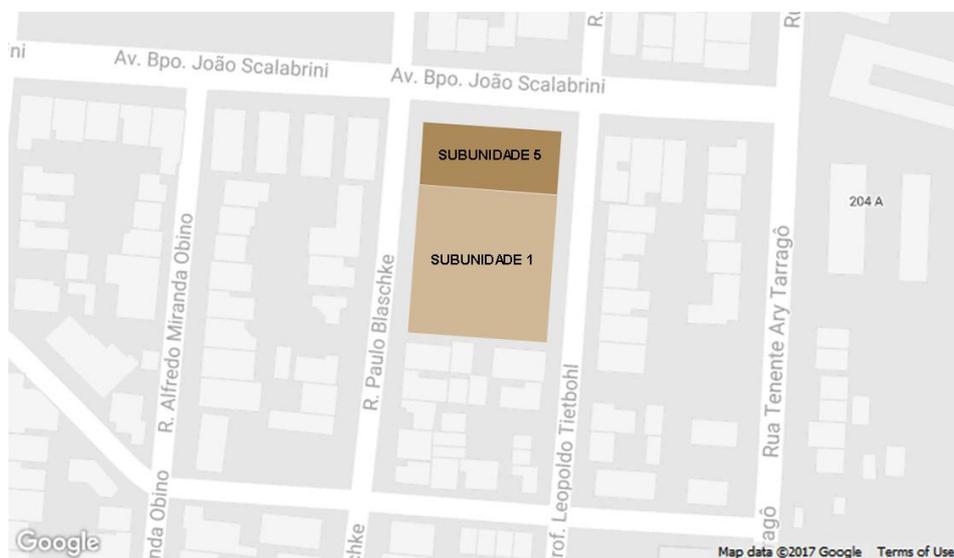
Conforme a plataforma digital para consulta de dados da cidade de Porto Alegre, denominada DMWEB, o terreno eleito está grifado como área escolar, sendo uma 'Superfície Limitadora de Interesse Público'.

Em contato com a SMURB, no dia 28 de Setembro de 2017, o responsável explicou a autora que o projeto de uma casa de acolhimento de menores, ou qualquer projeto que tenha cunho isntitucional pode e deve ser implantado na área, denominada na plataforma digital, de escolar. Salientou ainda que a viabilidade desse projeto é ainda mais válida por estar inserido em um terreno cujo o qual a municipalidade já defere características e pensa na implementação de um equipamento especial.

Desta forma, as tabelas, retiradas da plataforma digital DMWEB, apresentam os condicionantes legais do terreno sendo eles: Índice de Aproveitamento, Densidade e Regime Volumétrico. A área pertence as subunidades 1 e 5, sendo a subunidade 5 a parte do terreno que faz limite com a Avenida João Bispo Scalabrini -via de maior fluxo.

A subunidade 1 corresponde a zona de predominância residencial, já a subunidade 5 é uma zona definida como de centralidade e da urbanidade. Como o programa possui características residenciais e pretende se conectar mais a essa área do que com a avenida, os índices da subunidade 1 serão os utilizados para o projeto.

FIGURA 62 - Divisão das Subunidades



FONTE: Snazzy Maps, modificado pela autora (2017)

TABELA 04 - Índice de Aproveitamento da Subunidade 1 e 5

ÁREA DE OCUPAÇÃO	CÓDIGO	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO				QUOTA IDEAL
		IA	SC	TPC	IA MÁXIMO	
SUBUNIDADE 1	01	1,0	Não	Sim <sup>(6)</sup>	1,5	75m <sup>2</sup>
	02a	1,0	Sim	Sim	1,5	300m <sup>2</sup>
	02b	1,0	Sim	Sim	1,5	150m <sup>2</sup>
	03	1,3	Não	Sim <sup>(6)</sup>	2,0	75m <sup>2</sup>
	04	1,3	Sim	Sim	2,0	150m <sup>2</sup>
	04a	1,3	Sim	Sim	2,0	300m <sup>2</sup>
	05	1,3	Sim	Sim	2,0	75m <sup>2</sup>
SUBUNIDADE 5	06	1,3	Sim	Sim	2,0	150m <sup>2</sup>
	07	1,3	Sim	Sim	3,0	75m <sup>2</sup>
	09	1,3	Sim	Sim	3,0	75m <sup>2</sup>
	11	1,6	Sim	Sim	3,0	75m <sup>2</sup>
	13	1,6	Sim	Sim	3,0	75m <sup>2</sup>
	15	1,9	Sim	Sim	3,0	75m <sup>2</sup>
	17	1,9	Sim	Sim	3,0	75m <sup>2</sup>
	19	2,4	Sim <sup>(9)</sup>	Sim	3,0	75m <sup>2</sup>
	21	0,65	Sim	Sim	2,0	–
	23	Regime urbanístico próprio a critério do SMGP <sup>(2)</sup>				
25	Regime urbanístico próprio <sup>(2)</sup>					–

FONTE: SMURB, modificado pela autora (2017)

A tabela mostra que o índice construtivo do terreno é de 1,3 logo a área construída para o projeto poderá ser de 5.072,34m<sup>2</sup>, já que o terreno possui 3.901,80m<sup>2</sup> de área. O índice de aproveitamento máximo é de 2,0 porém esse valor não será utilizado para o projeto.

A legislação não permite a transferência de potencial construtivo nessa área.

TABELA 05 - Densidade da Subunidade 1 e 5

ÁREA DE OCUPAÇÃO	CÓD.	ZONA	DENSIDADE BRUTA – 85% DE CONSOLIDAÇÃO					
			SOLO PRIVADO		SOLO CRIADO		TOTAL	
			hab./ha (moradores + empregados)	econ./ha	hab./ha	econ./ha	hab./ha	econ./ha
SUBUNIDADE 1	01	Predom. Residencial, Mistas	140	40	–	–	140	40
	03	Predom. Residencial, Mistas, Predom. Produtiva	140	40	–	–	140	40
	05	Predom. Residencial, Mistas, Predom. Produtiva	280	80	70	20	350	100
	07	Predom. Residencial, Mistas, Predom. Produtiva	280	80	70	20	350	100
	09	Corredor de Centralidade e de Urbanidade	280	80	105	30	385	110
	11	Predom. Residencial, Mistas, Predom. Produtiva	315	90	70	20	385	110
	13	Corredor de Centralidade e de Urbanidade	315	90	105	30	420	120
SUBUNIDADE 5	15	Predom. Residencial, Mistas 1 a 11, Predom. Produtiva	385	110	70	20	455	130
	17	Corredor de Centralidade e de Urbanidade	385	110	105	30	490	140
	19	Predom. Residencial, Mistas, Centro Histórico, Corredor de Urbanidade e de Centralidade	525	150	–	–	525	150
	21	Mista Especial	350	100	105	30	455	130
	23	Área Especial de Interesse Institucional	conforme projeto específico					
	25	Área Especial	conforme projeto específico					

FONTE: SMURB, modificado pela autora (2017)

O regime volumétrico delimita a altura, que para a subunidade analisada é de 9,00m. Esse padrão segue por toda a área, sendo a altura de divisa também de 9,00m.

A taxa de ocupação para a subunidade 1 é de 66,6% representando, em área, 2.598,60m<sup>2</sup> do terreno. Para a subunidade 5 a taxa aumenta para 75% e 90%.

TABELA 06 - Regime Volumétrico para a Subunidade 1 e 5

ÁREA DE OCUPAÇÃO	CÓDIGO	ALTURA			TAXA DE OCUPAÇÃO
		MÁXIMA (m)	DIVISA (m)	BASE (m)	
SUBUNIDADE 1	01	9,00	9,00	-	66,6%
	02	9,00	9,00	4,00	75%
	03	12,50	12,50	-	75%
	03a	12,50	9,00	-	75%
	04	12,50	12,50	9,00	75% e 90% <sup>(1)</sup>
	05	18,00	12,50	4,00	75% e 90% <sup>(1)</sup>
	06	18,00	9,00	4,00	75%
	07	18,00	18,00	-	75%
	08	18,00	18,00	4,00 e 9,00 <sup>(2)</sup>	75% e 90% <sup>(2)</sup>
SUBUNIDADE 5	09	42,00	12,50 e 18,00 <sup>(2)</sup>	4,00 e 9,00 <sup>(2)</sup>	75% e 90% <sup>(2)</sup>
	11	52,00	12,50 e 18,00 <sup>(2)</sup>	4,00 e 9,00 <sup>(2)</sup>	75% e 90% <sup>(2)</sup>
	13	52,00	18,00	6,00 e 9,00 <sup>(2)</sup>	75% e 90% <sup>(2)</sup>
	15	33,00	12,50 e 18,00 <sup>(2)</sup>	4,00 e 9,00 <sup>(2)</sup>	75% e 90% <sup>(2)</sup>
	17	27,00	12,50 e 18,00 <sup>(2)</sup>	4,00 e 9,00 <sup>(2)</sup>	75% e 90% <sup>(2)</sup>
	19	(3)	(3)	9,00	75% e 90% <sup>(3)</sup>

FONTE: SMURB, modificado pela autora (2017)

## 7.2 Do Programa

No ano de 2009 o governo do país criou um manual denominado: “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” que aborda os diferentes estabelecimentos que podem receber o público retirado de suas famílias de origem. Esse documento explica a diferença dos serviços existentes atualmente no Brasil e como eles são estruturados e moldados para suprirem as necessidades dos menores usuários do mesmo. Já no ano de 2013 o Conselho Nacional do Ministério Público formulou um relatório da Resolução nº 71 de 2011 intitulado “Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país”.

## 7.2.1 Tipos de Abrigamento

Com a análise dos dois documentos dos dois documentos citados acima é possível, de forma sucinta, explicar os tipos de abrigamento para menores e suas diferenças:

1. CASA DE PASSAGEM: esse serviço é do formato de acolhimento de curta duração. A casa de passagem serve para realização do estudo e diagnóstico para determinar se a criança e/ou adolescente volta ao vínculo familiar ou é encaminhada para algum outro serviço de acolhimento.

2. ABRIGO DE PEQUENOS GRUPOS: são locais onde o atendimento denomina-se de acolhimento institucional e abriga grupos de até 20 crianças e/ou adolescentes. Deve assemelhar-se com uma residência e estar inserido na malha urbana, preferencialmente em área residencial.

3. CASA LAR: o diferencial deste serviço é contar com a figura denominada de “mãe social”, que vive em tempo integral numa estrutura do tipo residência privada e recebe até 10 crianças e/ou adolescentes. A ideia desse programa é de se aproximar ao máximo da rotina familiar e proporcionar um vínculo mais estreito com o cuidador que muitas vezes pode ser um casal social. Esse serviço, assim como o abrigo, também deve estar inserido preferencialmente em áreas residenciais e a comunidade que o recebe deve contar com equipamentos e serviços que atendam a demanda dos novos moradores.

4. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHE-DORA: caracteriza-se pelo acolhimento do mesmo público de abrigos e casas lar em residências de famílias cadastradas. Esse atendimento é ainda pouco difundido no Brasil, porém já bem usual em países europeus e nos Estados Unidos. O programa é individual só recebendo a família mais de uma criança e/ou adolescentes no caso de haverem irmãos. Essa medida é provisória, retornando o usuário para sua família ou sendo encaminhado posteriormente para adoção. As famílias cadastradas são preparadas e capacitadas através de cursos e atendimento psicológico.

Tanto o serviço de Abrigo institucional quanto a Casa Lar visam um atendimento personalizado a cada indivíduo e em pequenos grupos, o intuito dessas entidades é fortalecer vínculos, não só familiares, mas também, sociais e oferecer ao usuário deste programa a oportunidade de reinserção na família de origem ou inserção numa família substituta.

Para este trabalho se optará pelo programa do tipo Abrigo, que abrange um programa mais amplo e atende maior quantidade de crianças e/ou adolescentes.

## **7.2.2 O Abrigo**

A definição de abrigo institucional é:

“Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.” (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTE, 2009, p.63)

Algumas especificidades caracterizam e normatizam o abrigo como quantidade de usuário por unidade, características de implantação e de fachadas e infraestrutura.

### **7.2.2.1 Público e Especificidades**

O público trabalhado é de 0 até 18 anos, ou seja, crianças e adolescentes, que se encontrem sob medida de abrigo. Cada unidade poderá contar com o número máximo de 20 crianças e/ou adolescentes, ao passo que um mesmo terreno ou lote pode abrigar mais de uma unidade.

Em Porto Alegre, como mostrado anteriormente, esse método de agrupamento de unidades já acontece, chegando a existir até 8 unidades em um único terreno.

Segundo o manual técnico, instituído pelo governo do país, devem ser atendidos todos os tipos de públicos, evitando adotar certa faixa etária ou determinado sexo. Também não devem ser excluídas do programa crianças e/ou adolescentes que possuam algum tipo de doença ou deficiência. Essa medida visa a diversificação do serviço ofertado.

### 7.2.2.2 Aspectos Físicos

A localização do abrigo é um dos fatores mais importantes de análise. Esse equipamento deve estar inserido dentro de área residencial e não pode “distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e sócio-econômico, da realidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos” (MANUAL TÉCNICO, 2009).

É fundamental que a área escolhida possua equipamentos adequados e com suficientes vagas para a nova demanda, como escolas, praças, postos de saúde, entre outros.

No quesito arquitetônico, sua fachada deverá se assemelhar com a de uma residência e não poderá haver placas ou nomenclaturas que “remetam à aspectos negativos, estigmatizando e despotencializando os usuários” (MANUAL TÉCNICO, 2009).

### 7.2.2.3 Equipe Profissional

Um quadro com a equipe profissional mínima foi elaborado para melhor entendimento dos cargos e suas funções.

TABELA 07 - Especificações Cargo Educador

CARGO EDUCADOR	
PERFIL:	1. Formação mínima: Nível médio e capacitação específica 2. Desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes
QUANTIDADE:	1. Um profissional para até 10 usuários, por turno 2. A quantidade de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde ou idade inferior a um ano. Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: a) 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas b) 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas
PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	1. Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção 2. Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente) 3. Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade 4. Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida 5. Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento 6. Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior

FONTE: Manual Técnico Adaptado (2017)

TABELA 08 - Especificações Cargo Auxiliar de Educador

CARGO AUX. EDUCADOR	
PERFIL:	1. Formação mínima: Nível fundamental e capacitação específica 2. Desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes
QUANTIDADE:	1. Um profissional para até 10 usuários, por turno 2. Para preservar seu caráter de proteção e tendo em vista o fato de acolher em um mesmo ambiente crianças e adolescentes com os mais diferentes históricos, faixa etária e gênero, faz-se necessário que o abrigo mantenha uma equipe noturna acordada e atenta à movimentação 3. A quantidade de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica, adotando-se a mesma relação do educador/cuidador
PRINCIPAIS ATIVIDADES	1. Apoio às funções do cuidados 2. Cuidados com a moradia (organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos, dentre outros)

FONTE: Manual Técnico, adaptado pela autora (2017)

TABELA 09 - Especificações Cargo Coordenador

CARGO COORDENADOR	
PERFIL:	1. Formação mínima: Nível superior e experiência em função congênere 2. Experiência na área de amplo conhecimento da rede de proteção à infância e juventude, de políticas públicas e da rede de serviços da cidade e região.
QUANTIDADE:	1. Um profissional para cada serviço
PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	1. Gestão da entidade 2. Elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço 3. Organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos 4. Articulação com a rede de serviços. 5. Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos.

FONTE: Manual Técnico, adaptado pela autora (2017)

TABELA 10 - Especificações Cargo Equipe Técnica

CARGO EQUIPE TÉCNICA	
PERFIL:	1. Formação mínima: Nível superior 2. Experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco
QUANTIDADE:	1. Dois profissionais para atendimento de até 20 crianças e/ou adolescente 2. Carga horária mínima indicada: 30 horas semanais
PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	1. Elaboração, em conjunto com o/a coordenador(a) e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço 2. Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar 3. Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários 4. Capacitação e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores 5. Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do SGD das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias 6. Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual. 7. Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção; 8. Preparação, da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência); 9. Mediação, em parceria com o educador/cuidador de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso

FONTE: Manual Técnico, adaptado pela autora (2017)

## 7.2.2.4 Infraestrutura Mínima

A infraestrutura mínima do programa abrigo está descrita na tabela abaixo.

TABELA 11 - Infraestrutura Mínima do Programa Abrigo

AMBIENTE	CARACTERÍSTICAS
DORMITÓRIOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas / berços / beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada (armários, guardaroupa, etc.)</li> <li>2. Número recomendado de crianças/adolescentes por quarto: até 4 por quarto, excepcionalmente, até 6 por quarto, quando esta for a única alternativa para manter o serviço em residência inserida na comunidade</li> <li>3. Metragem sugerida: 2,25 m<sup>2</sup> para cada ocupante. Caso o ambiente de estudos seja organizado no próprio quarto, a dimensão dos mesmos deverá ser aumentada para 3,25 m<sup>2</sup> para cada ocupante</li> </ol>
BANHEIROS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Deve haver 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 (seis) crianças e adolescentes</li> <li>2. Deve haver 1 lavatório, 1 vaso sanitário e um chuveiro para os funcionários</li> <li>3. Pelo menos um dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência</li> </ol>
SALA DE ESTAR	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores.</li> <li>2. Metragem sugerida: 1,00 m<sup>2</sup> para cada ocupante. Ex: Abrigo para 15 crianças/adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 17,0 m<sup>2</sup> Abrigo para 20 crianças/adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 22,0 m<sup>2</sup></li> </ol>
SALA DE ESTUDOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Poderá haver espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outros ambientes (quarto, copa) por meio de espaço suficiente e mobiliário adequado, quando o número de usuários não inviabilizar a realização de atividade de estudo/leitura</li> </ol>
SALA DE JANTAR	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores.</li> <li>2. Pode tratar-se de um cômodo independente, ou estar anexado a outro cômodo (por exemplo à sala de estar ou à cozinha)</li> <li>3. Metragem sugerida: 1,00 m<sup>2</sup> para cada ocupante.</li> </ol>
COZINHA	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores/educadores.</li> </ol>
ÁREA DE SERVIÇO	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento.</li> </ol>
SALA EQ. TÉCNICA	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc)</li> <li>2. Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa / técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.</li> </ol>
SALA COORDENAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil / financeira, documental, logística, etc.).</li> <li>2. Deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo.</li> <li>3. Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa / técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.</li> </ol>
SALA REUNIÕES	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Com espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias de origem.</li> </ol>

FONTE: Manual Técnico, adaptado pela autora (2017)

### 7.3 Neufert, NBR 9050 e NBR 9077

Além das normativas do terreno e do programa, outras leis farão parte do projeto para o CAM.

O manual Neufert abrange todos os dimensionamento de equipamentos, espaços e ambientes necessários para o bom funcionamento do espaço interno e externo dentro do projeto de arquitetura.

A NBR 9050 é a norma de acessibilidade brasileira e regra as dimensões de equipamentos e ambientes para que os mesmos se tornem acessíveis a todos os usuários. Já a NBR 9077 é a norma de prevenção de incêndio que impõe materialidades, afastamentos e outros pontos para segurar os ambientes de focos de sinistro. Para o projeto as duas normas serão respeitadas e usadas.

Entende-se através do estudo dos programas existentes que a tipologia adotada para o Trabalho de Conclusão II não será de grandes aglomerados, tampouco de volumes em alturas, portanto entende-se que não é necessário o resumo das normativas e do manual Neufert nesta etapa do projeto, uma vez que as medidas tomadas na próxima etapa são as já usadas todos os semestres pela autora nas demais disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo e tendo ela a ciência do conteúdo abrangido.

## 8 PROGRAMA PROPOSTO

Com base no estudo dos condicionantes legais do programa, pensaram-se melhorias para o novo conjunto proposto. A seguir será abordado o programa e como será o funcionamento do Centro de Acolhimento de Menores.

### 8.1 Rotina dos Usuários

A rotina dos usuários irá assemelhar-se o máximo possível da rotina normal de uma criança e/ou adolescente.

Os usuários frequentarão a escola pelo período de um turno, podendo ser manhã ou tarde conforme disponibilidade. Os usuários já matriculados e que já frequentam escolas da cidade, serão deslocados através de condução escolar até as escolas que já frequentam. A intenção do Ministério Público e do Conselho Tutelar, quando uma criança é retirada da sua família, é a de manter o mais igual possível a rotina que ela mantinha. Logos esses órgãos são os responsáveis pelo transporte dos usuários até as escolas afastadas do CAM.

Os usuários que não frequentam nenhuma instituição de ensino serão matriculados com a ajuda do cuidador em uma das escolas do bairro.

Após as aulas os usuários deverão imediatamente retornar ao CAM onde ambientes para estudo e lazer serão previstos, além de consultas e didáticas psicológicas periódicas. Pela noite, é proibida a saída do usuário do Centro de Acolhimento, por segurança e por se tratar de um menor. Funcionários trabalharão em três turnos (manhã, tarde e noite) para perfeito funcionamento dessas diretrizes.

Como a primeira medida adotada pelo Conselho Tutelar, para crianças e adolescentes retirados da família, é a reinserção com a mesma, salas de visita serão previstas no projeto, para que nelas ocorra, conforme decisão judicial, o encontro e a reaproximação de pais e filhos. O ambiente será lúdico e aconchegante e o espaço ficará reservado dos demais ambientes e setores da casa, para que haja privacidade entre o usuário e seus pais. A presença de um supervisor e/ou psicólogo nessas visitas fica também condicionada a decisão judicial, não podendo o CAM interferir na decisão tomada pelos órgãos superiores.

Somente poderão adentrar nas dependências do CAM pessoas autorizadas, não podendo pais ou familiares fazerem visitas sem prévio aviso e autorização. Outras pessoas, como entregadores e funcionários, acessarão o Centro de Acolhimento através do setor administrativo.

## 8.1 Tabela de Áreas

TABELA 12 - Tabela de Áreas do Programa Proposto

CASA A - 3 a 18 ANOS					
SETOR	AMBIENTE	MOBILIÁRIO	QUANTIDADE	ÁREA AMBIENTE	ÁREA TOTAL
ÍNTIMO PRIVADO	QUARTO MASCULINO	2 camas, 2 criados, 2 armários	3	10,00m²	30,00m²
	BANHEIRO MASCULINO	pia, vaso, chuveiro	1	5,00m²	5,00m²
	QUARTO FEMININO	2 camas, 2 criados, 2 armários	3	10,00m²	30,00m²
ÍNTIMO RESTRITO	BANHEIRO FEMININO	pia, vaso, chuveiro	1	5,00m²	5,00m²
	QUARTO EDUCADORES	2 camas, 2 criados, 2 armários	2	13,00m²	26,00m²
SOCIAL PRIVADO	BANHEIRO EDUCADORES	pia, vaso, chuveiro	2	7,00m²	7,00m²
	SALA DE ESTAR	sofás, mesa de centro, móvel para tv	1	20,00m²	20,00m²
	BANHEIRO GERAL	pia, vaso, chuveiro	1	5,00m²	5,00m²
	COPA	geladeira / frigobar, bancada, móvel para utensílios	1	10,00m²	10,00m²
	DESPENSA	móveis para guardar toalhas, roupas de cama	1	7,00m²	7,00m²
				<b>ÁREA TOTAL 1 UNIDADE:</b>	<b>145,00m²</b>
				<b>ÁREA TOTAL 6 UNIDADES:</b>	<b>870,00m²</b>
CASA B - 0 a 3 ANOS					
SETOR	AMBIENTE	MOBILIÁRIO	QUANTIDADE	ÁREA AMBIENTE	ÁREA TOTAL
ÍNTIMO PRIVADO	QUARTO 0-2 ANOS	6 berços, 6 cômodas, 3 poltronas	1	20,00m²	20,00m²
	QUARTO 2-3 ANOS	4 camas, 4 criados, 4 armários	1	20,00m²	20,00m²
	BANHEIRO COLETIVO	pia, vaso, fraldário, banheira, chuveiro	1	12,00m²	12,00m²
ÍNTIMO RESTRITO	QUARTO CUIDADORES	2 camas, 2 criados, 2 armários	1	13,00m²	13,00m²
	BANHEIRO CUIDADORES	pia, vaso, chuveiro	1	7,00m²	7,00m²
SERVIÇO PRIVADO	REFEITÓRIO	mesa, 4 cadeira pequenas, 6 cadeiras de alimentação	1	15,00m²	15,00m²
	LAVANDERIA	máquina de lavar, móvel para utensílios	1	7,00m²	7,00m²
	DESPENSA DE ALIMENTOS	móveis para despensa	1	5,00m²	5,00m²
	SALA DOS FUNCIONÁRIOS	armários locker, mesa, sofá	1	15,00m²	15,00m²
SOCIAL PRIVADO	SALA DE TV	televisão, puffes	1	12,00m²	12,00m²
	SALA JOGOS	tatame, jogos	1	12,00m²	12,00m²
	BANHEIRO	pia, vaso, fraldário	1	9,00m²	9,00m²
				<b>ÁREA TOTAL:</b>	<b>147,00m²</b>
ZONA DE SERVIÇO					
SETOR	AMBIENTE	MOBILIÁRIO	QUANTIDADE	ÁREA AMBIENTE	ÁREA TOTAL
PRIVADO	COZINHA	fogão industrial, pia, geladeiras, armários, mesa	1	50,00m²	50,00m²
	REFEITÓRIO	6 mesas, 36 cadeiras, mesa de servir	2	50,00m²	100,00m²
	LAVANDERIA	máquinas de lavar, espaço para passar roupa, móveis	1	20,00m²	20,00m²
				<b>ÁREA TOTAL:</b>	<b>170,00m²</b>
ZONA DE APOIO					
SETOR	AMBIENTE	MOBILIÁRIO	QUANTIDADE	ÁREA AMBIENTE	ÁREA TOTAL
PRIVADO	SALA DE ESTUDOS	mesas, cadeiras	2	30,00m²	60,00m²
	BIBLIOTECA	estantes, sofás, espaço leitura, acervo	1	40,00m²	40,00m²
	SALA DE JOGOS	jogos, sofás, móvel apoio	2	30,00m²	60,00m²
	SALA DE INFORMÁTICA	mesas, 30 cadeiras, 30 computadores	1	60,00m²	60,00m²
	SALA MULTIUSO	espelho, piso tatame, barras, móvel instrumentos	1	50,00m²	50,00m²
				<b>ÁREA TOTAL:</b>	<b>270,00m²</b>
ESPAÇOS ABERTOS					
SETOR	AMBIENTE	MOBILIÁRIO	QUANTIDADE	ÁREA AMBIENTE	ÁREA TOTAL
PÚBLICO COMUNITÁRIO	HORTA	mudas de plantas	VARIÁVEL	VARIÁVEL	VARIÁVEL
	PLAYGROUND	balanças, escorregadores	1	50,00m²	50,00m²
	QUADRA POLIESPORTIVA	30,00m x 18,00m	2	540,00m	1.080,00m²
	CINEMA AO AR LIVRE	arquibancada para 50 pessoas	1	100,00m²	100,00m²
PRIVADO	GUARITA	controle acesso de crianças	1	10,00m²	10,00m²
				<b>ÁREA TOTAL:</b>	<b>1.240,00m²</b>
ZONA ADMINISTRATIVA					
SETOR	AMBIENTE	MOBILIÁRIO	QUANTIDADE	ÁREA AMBIENTE	ÁREA TOTAL
PÚBLICO	RECEPÇÃO	bancada de atendimento, cadeiras	1	20,00m²	20,00m²
	SALA COORDENADOR EQUIPE TÉCNICA	1 mesa, 1 cadeira, armário	1	7,00m²	7,00m²
PRIVADO	SALA COORDENADOR EDUCADORES	1 mesa, 1 cadeira, armário	1	7,00m²	7,00m²
	SALA COORDENADOR AUX. EDUCADORES	1 mesa, 1 cadeira, armário	1	7,00m²	7,00m²
	SALA EQUIPE TÉCNICA	8 mesas, 8 cadeiras, armários	1	40,00m²	40,00m²
	SALA DE REUNIÕES DA EQUIPE	1 mesa, 10 cadeiras, sofás, mesa de apoio	1	40,00m²	40,00m²
	BANHEIROS FUNCIONÁRIOS	pia, vaso (acessível)	2	5,00m²	10,00m²
RESTRITO	SALA DE PRONTUÁRIOS	armários para armazenamento de dados, mesa	1	20,00m²	20,00m²
	SALA DE REUNIÕES COM AS FAMILIAS	1 mesa, 6 cadeiras, móvel apoio	1	20,00m²	20,00m²
	LAVABO APOIO	pia, vaso	1	3,00m²	3,00m²
	SALA DE TREINAMENTO EDUCADORES	sofás, mesas, cadeiras, móvel de apoio	2	30,00m²	60,00m²
	BANHEIROS SALA DE TREINAMENTO	pia, vaso (acessível)	2	5,00m²	10,00m²
RESTRITO	HALL	bancada de atendimento, cadeiras	1	10,00m²	10,00m²
	ENFERMARIA	maca, balança, 1 mesa, 3 cadeiras, armários	1	30,00m²	30,00m²
	SALA PSICÓLOGO	sofás, jogos, 1 mesa, 2 cadeiras, móvel apoio	2	10,00m²	20,00m²
	SALA DE VISITAS	sofás, jogos, 1 mesa, 2 cadeiras, móvel apoio	2	10,00m²	20,00m²
				<b>ÁREA TOTAL:</b>	<b>324,00m²</b>
ZONA DE ACOLHIMENTO - FUNCIONAMENTO 24 HORAS					
SETOR	AMBIENTE	MOBILIÁRIO	QUANTIDADE	ÁREA AMBIENTE	ÁREA TOTAL
PRIVADO RESTRITO	RECEPÇÃO / ANTE-SALA	cadeiras, balcão	1	10,00m²	10,00m²
	ENFERMARIA / SALA MÉDICO	maca, balança, 1 mesa, 3 cadeiras, armários	1	20,00m²	20,00m²
	SALA PSICÓLOGO	mesa, cadeiras, sofás, jogos, móvel apoio	1	20,00m	20,00m²
	ESPAÇO ESTAR / JANTAR / COPA	sofá, televisão, mesa de jantar, cadeiras, frigobar	1	20,00m²	20,00m²
	DORMITÓRIO FEMININO	2 camas, 2 criados, 2 armários	1	10,00m²	10,00m²
	BANHEIRO FEMININO	pia, vaso, chuveiro	1	5,00m²	5,00m²
	DORMITÓRIO MASCULINO	2 camas, 2 criados, 2 armários	1	10,00m²	10,00m²
	BANHEIRO MASCULINO	pia, vaso, chuveiro	1	5,00m²	5,00m²
	QUARTO EDUCADORES	2 camas, 2 criados, 2 armários	1	13,00m²	13,00m²
	BANHEIRO EDUCADORES	pia, vaso, chuveiro	1	7,00m²	7,00m²
					<b>ÁREA TOTAL:</b>
				<b>ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA:</b>	<b>1.901,00m²</b>
				<b>ÁREA TOTAL ESPAÇO ABERTO:</b>	<b>1.240,00m²</b>

### 8.3 Funcionamento do Conjunto no Programa Proposto

O programa proposto pretende fazer com que os usuários se sintam em um lar, portanto dividiu-se o mesmo em duas tipologias de casas. Primeiramente elaborou-se o plano da 'CASA A', que abrigará os usuários com idades entre 3 e 18 anos. A tipologia 'CASA A' será seis vezes replicada no conjunto, e dentro disso os usuários serão divididos por faixa etária de idade, pois entende-se que as interações e desenvolvimentos ocorrem de maneira muito distinta.

Cada unidade da 'CASA A' possui infraestrutura para receber 12 usuários. Num total 72 usuários estarão abrigados nas seis tipologias.

A 'CASA A' será separada por faixa etária da seguinte forma:

- 1 unidade para crianças de 3 até 7 anos;
- 2 unidade para crianças de 7 até 11 anos;
- 2 unidades para adolescentes de 11 até 15 anos;
- 1 unidades para adolescentes de 15 até 18 anos;

Para jovens de 7 até os 15 anos mais unidades são previstas porque, conforme mostrado em capítulo anterior, o perfil de abrigados em maior quantidade corresponde ao de meninos e meninas nessa faixa etária. Quanto aos jovens de 15 até 18 anos entende-se que os mesmos deverão receber uma constante preparação para a saída do abrigo, logo, a convivência com seus semelhantes pode ajudar no fortalecimento e na preparação desta importante etapa da vida dos mesmos.

Os usuários da 'CASA A' compartilharão entre si a 'ZONA DE SERVIÇO' ou seja, a cozinha, os refeitórios e a lavanderia, serão compartilhados diariamente pelos 72 moradores.

A 'CASA B' é uma unidade única que irá abrigar bebês de 0 até 3 anos. Essa casa tem a capacidade para atender até dez bebês. Entende-se que o cuidado com bebês dessa faixa etária é constante, logo essa casa possuirá uma infraestrutura completa com área e ambientes íntimos, de serviço e sociais não compartilhados com as demais unidades.

Cada unidade preverá espaços acessíveis, incluindo dormitórios, banheiros e demais ambientes que possam receber portadores de necessidades especiais, já que cada casa abrigará uma faixa etária distinta da outra. As áreas acessíveis estarão divididas por sexo.

A 'ZONA DE APOIO' servirá principalmente para uso das crianças e adolescentes no turno inverso de aula, onde os usuário terão espaços destinados ao estudo (dois ambientes separados por faixa etária), uma pequena biblioteca, sala de informática para pesquisas, sala multiuso para atividades complementares e salas de jogos (também separadas por faixa etária) que poderão ser utilizadas, principalmente, em dias de temperaturas baixas ou mal tempo.

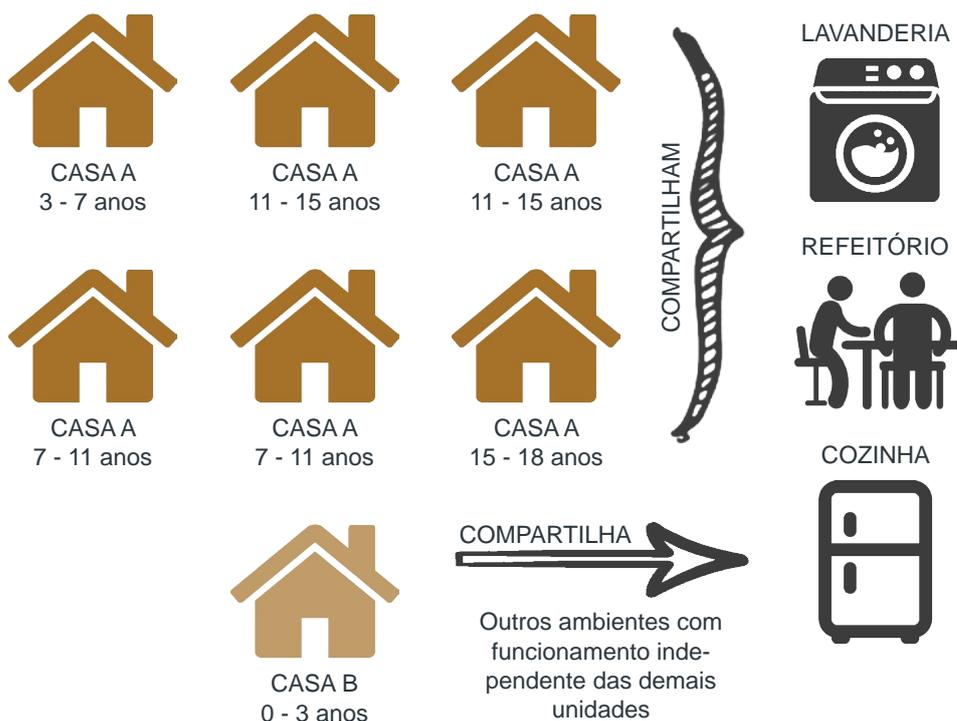
A área 'ESPAÇOS ABERTOS' foi pensada para ser compartilhada com a comunidade. Por mais que o bairro, em que o Centro de Acolhimento está inserido, possua muitas áreas verdes, nota-se a falta de equipamentos que convidem a comunidade a usufruir desses locais, por isso a quadra poliesportiva, o playground e a área de cinema ao ar livre serão compartilhadas com a comunidade. Esse determinante ajuda os usuários a entenderem melhor como é a vida em sociedade e aos moradores entender melhor a função desse Centro.

A 'ZONA ADMINISTRATIVA' funcionará em acesso independente do centro, além das salas previstas no manual estudado no capítulo anterior, foram previstas duas salas para treinamento dos educadores. Os educadores quando contratados recebem um treinamento que ensina como deve ser o dia-a-dia da sua função além de orientação psicológica para lidar com os diversos desafios desse trabalho. Essas salas poderão servir não somente para o treinamento dos educadores do Centro, mas também para o treinamento de educadores dos demais abrigos da cidade, já que atualmente não existe um espaço físico específico com esse propósito em Porto Alegre.

Dois ambientes da zona administrativa serão utilizados pelas crianças e adolescentes do Centro: salas de apoio psicológico e visitas e enfermaria.

## 8.4 Diagramas de Funcionamento

FIGURA 63 - Diagrama de Funcionamento das Casas Sem Escala



FONTE: Autora (2017)

## 8.5 Chegada de Novos Usuários no Centro

O usuário que for retirado de sua família adentrará no CAM através da 'ZONA DE ACOLHIMENTO', um espaço de uso exclusivo para os novos usuários.

Uma vez encaminhado pelo Conselho Tutelar ou através de outro órgão o usuário será recebido nessa zona onde receberá toda a atenção e os primeiros cuidados para entendimento da equipe do Centro de Acolhimento de suas necessidades e do motivo por estar ali.

Primeiramente a criança e/ou adolescente passará pela sala médica para receber cuidados gerais e ver o estado de saúde da mesma. Todos os exames de corpo de delito serão realizados fora do CAM em delegacias ou no Instituto Médico Legal, logo, a enfermaria desta zona serve exclusivamente para medicar crianças enfermas ou para prestar exames básicos em relação à saúde do usuário. Os resultados de todos os exames realizados no Centro de Acolhimento, bem como outros documentos, serão arquivados na sala de prontuários (sigilosa e restrita).

Após a realização de exames, a criança e/ou adolescente será atendida pelo psicólogo(a) que fará um primeiro diagnóstico de sua situação e também explicará a retirada dela da família e a introdução da mesma no CAM.

Finalizada as etapas de análises, a criança e/ou adolescente será encaminhada para o cuidador que a ajudará em todas as suas necessidades e será o responsável por acomodar o usuário nesta zona. Dentre os serviços do cuidador desta zona estão: ajudar o usuário com a higiene pessoal, oferecer roupas limpas, ajudar na alimentação do usuário, entre outros, promovendo o máximo de conforto possível para que o mesmo se sinta acolhido e seguro.

A 'ZONA DE ACOLHIMENTO' prevê a capacidade de receber duas pessoas do sexo feminino e duas pessoas do sexo masculino. Esse espaço é para acomodação temporária, podendo o usuário permanecer neste local pelo período máximo de 5 dias, enquanto os órgãos responsáveis decidem judicialmente se o mesmo será transferido a algum familiar ou se integrará de fato ao Centro de Acolhimento.

Todos os profissionais desta área estarão disponível 24 horas por dia, podendo a entrada de um novo usuário ocorrer em qualquer período do dia e/ou da noite.

Caso a decisão judicial entenda que esse usuário deve permanecer como integrante do Centro de Acolhimento, o mesmo será, conforme capacidade de leitos, transferido para uma das casas do Centro (CASA A ou CASA B), na qual o cuidador da unidade será o novo responsável por ajudar a criança e/ou adolescente na inserção de regras e do cotidiano do Centro.

Periodicamente a criança e/ou adolescente receberá atendimento psicológico através de uma das Salas de Apoio Psicológico, localizadas na 'ZONA ADMINISTRATIVA'.

## **8.6 Preparação para a Saída do CAM**

Os jovens que se encontram na faixa etária de 15 a 18 anos, receberão preparação para a saída do Centro de Acolhimento. Através da sala multiuso, reuniões periódicas acontecerão para ajudar os jovens a entenderem a nova etapa da vida que chega.

Essa preparação, como apontado em capítulo anterior, foi citada como faltante em todas as unidades de Porto Alegre, fazendo com que haja um número expressivo de jovens acima de 18 anos abrigados atualmente.

A sala multiuso também servirá para outras capacitações dos jovens como aulas de inglês, palestras sobre o mercado de trabalho, conversas com empreendedores, e outras didáticas, que ajudem a incitar o jovem a fazer dessa situação uma nova oportunidade de vida. Da mesma forma, essas didáticas também poderão ser ofertadas aos jovens de outros abrigos e casas lar da cidade, inclusive entende-se que o contato e dinâmicas com seus semelhantes ajudam o jovem a criar e reforçar vínculos, uma atitude necessária e positiva no auxílio para a passagem dessa transição.

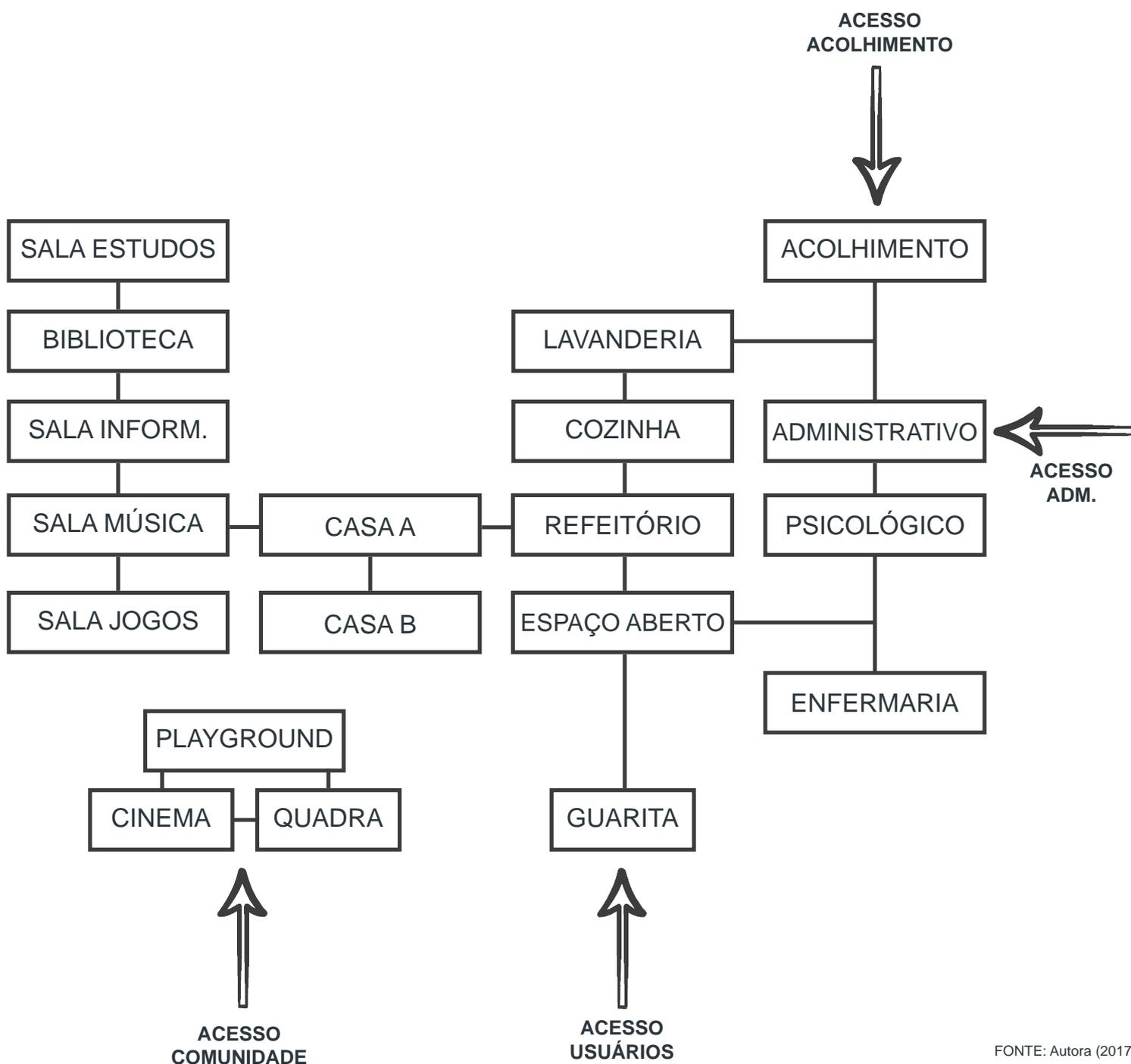
## **8.7 Organogramas**

Para entendimento do espaço proposto, organogramas das unidades e do conjunto foram elaborados.

### 8.7.1 Do Conjunto

O conjunto funcionará com acessos distintos que atendem a rotina dos funcionários e dos usuários do Centro. Os setores são separados conforme as atividades, fazendo com que a organização e a disposição dos ambientes ocorra a partir dessa separação.

FIGURA 64 - Organograma do Conjunto Sem Escala

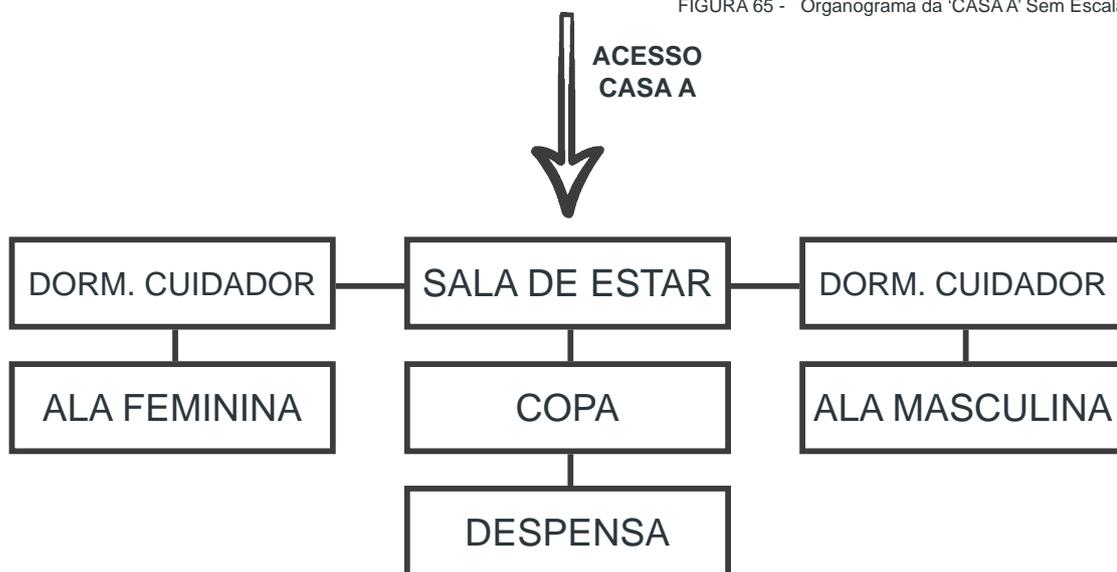


FONTE: Autora (2017)

### 8.7.2 Da 'CASA A'

A tipologia 'CASA A' separa a ala feminina (dormitórios e banheiro) da ala masculina (dormitórios e banheiro) através da área social. Cada dormitório dos cuidadores se localiza juntamente com cada ala, para controle noturno dos usuários.

FIGURA 65 - Organograma da 'CASA A' Sem Escala

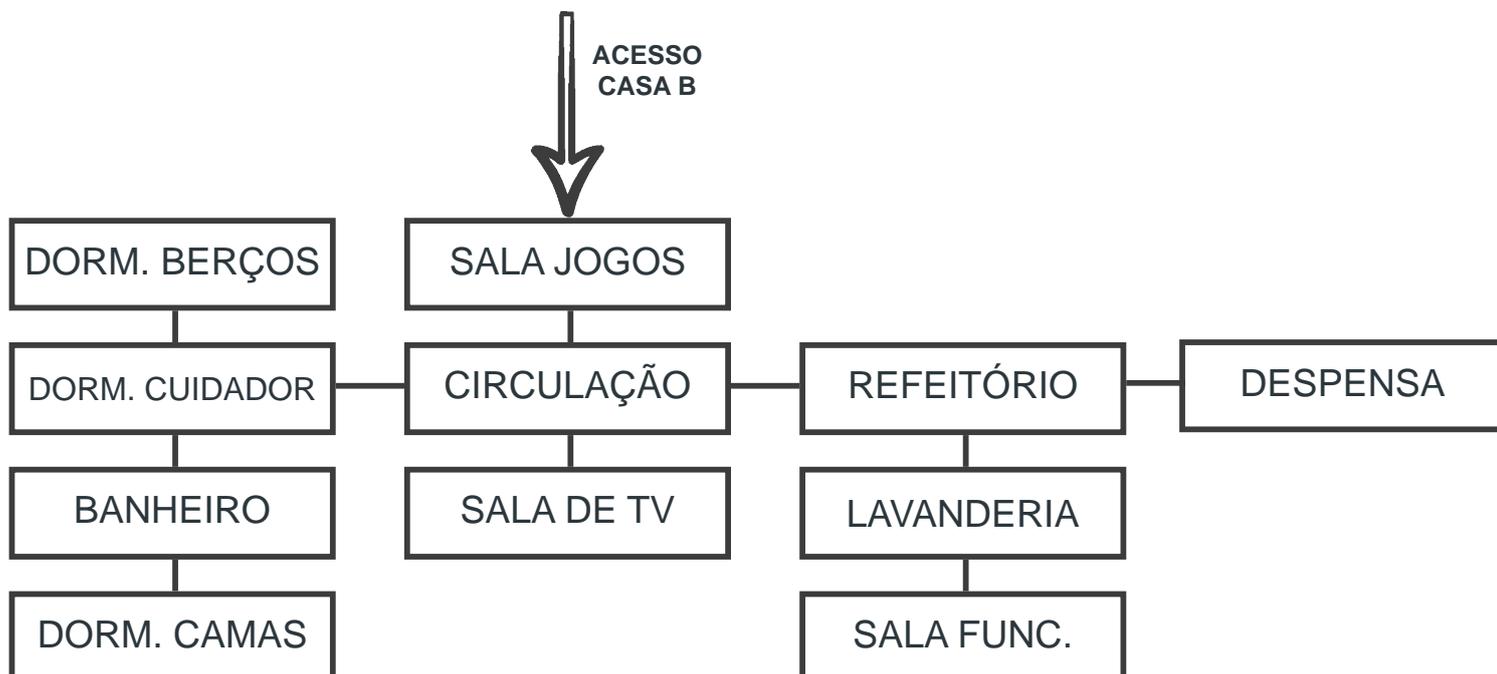


FONTE: Autora (2017)

### 8.7.3 Da 'CASA B'

A tipologia 'CASA B' é acessada pela Sala de Jogos. Através da circulação é possível acessar os dormitórios e os banheiros (área íntima) e a área de serviço: despensa, refeitório e lavanderia.

FIGURA 66 - Organograma da 'CASA B' Sem Escala

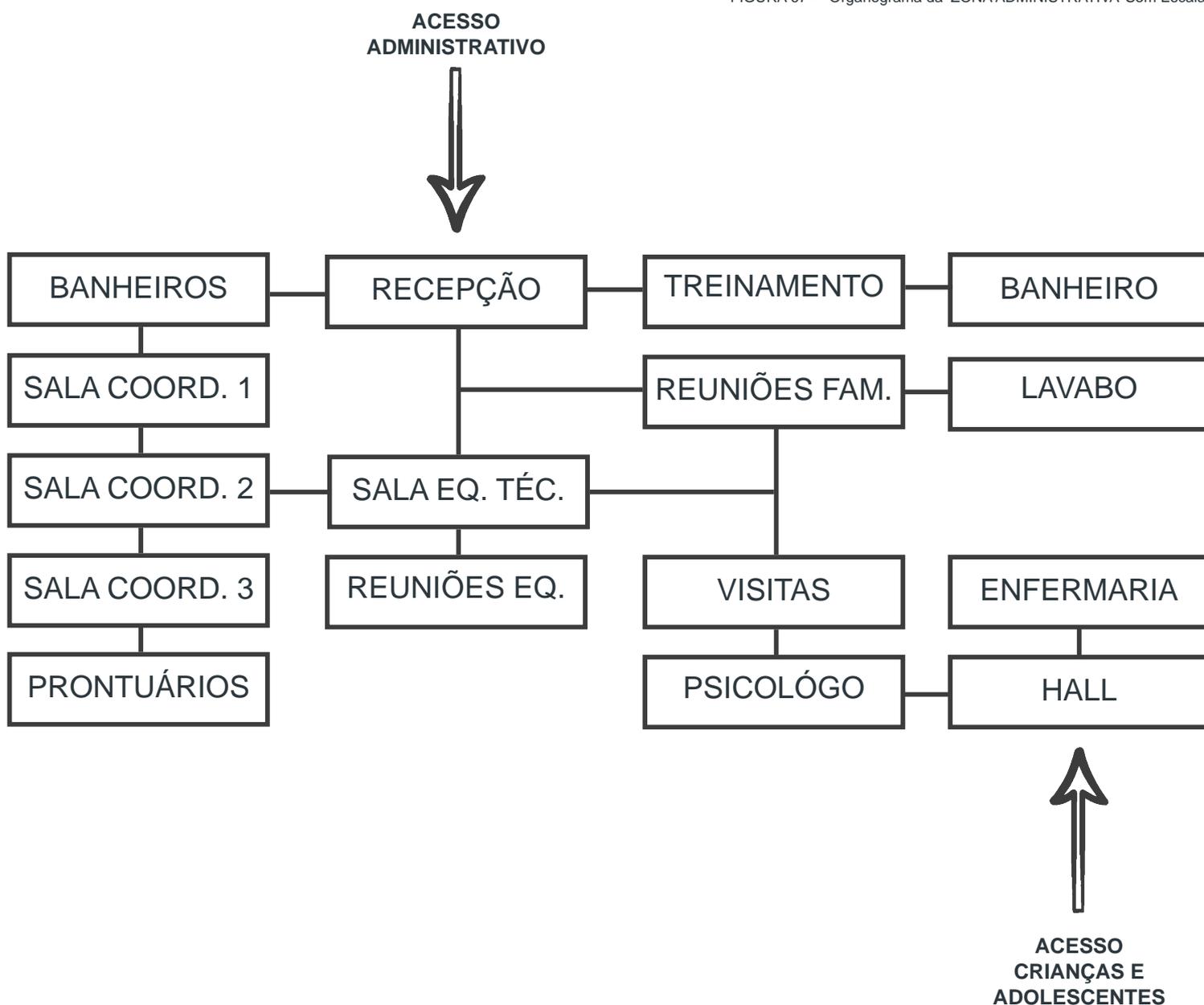


FONTE: Autora (2017)

### 8.7.4 Da 'ZONA ADMINISTRATIVA'

A 'ZONA ADMINISTRATIVA' foi dividida entre a parte de funcionamento, onde os funcionários trabalharão diariamente e a parte de atendimento, compreendendo salas de treinamento, de reuniões com as famílias, de apoio psicológico, de visitas e enfermaria.

FIGURA 67 - Organograma da 'ZONA ADMINISTRATIVA' Sem Escala



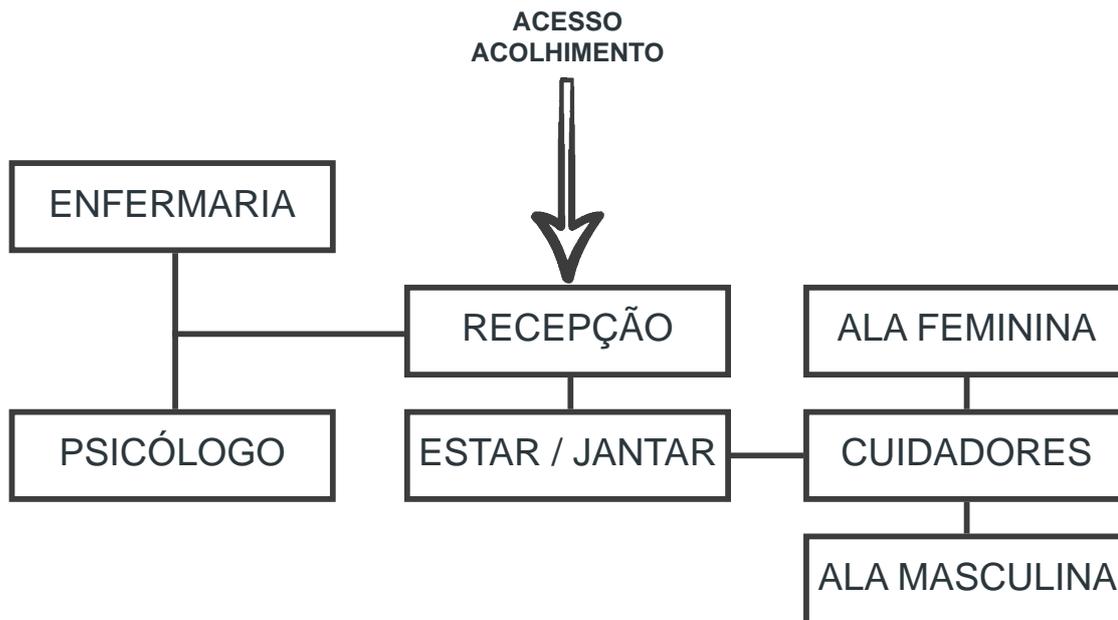
FONTE: Autora (2017)

### 8.7.5 Da 'ZONA DE ACOLHIMENTO'

A 'ZONA DE ACOLHIMENTO' que possui um acesso separado do conjunto, foi pensada para o atendimento exclusivo, privativo e de curto prazo para os novos usuários do CAM.

A parte de atendimento, enfermaria e sala do psicólogo, foi separada das demais atividades, dormitórios e espaço de estar.

FIGURA 68 - Organograma da 'ZONA DE ACOLHIMENTO' Sem Escala



FONTE: Autora (2017)

## 9 REFERENCIAIS TIPOLÓGICOS

### 9.1 Maison d'Accueil de l'enfance Eleanor Roosevelt

Arquitetos: Marjan Hessamfar & Joe Verons architectes associes

Localização: Porte des Lilas, 75019 Paris, França

Área: 5.211,00m<sup>2</sup>

Ano do Projeto: 2013

FIGURA 69 - Implantação Sem Escala



FONTE: Marjan Hessamfar & Joe Verons architectes associes, modificado pela autora (2017)

É um abrigo emergencial para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade, com o objetivo de fornecer apoio educacional, prático e psicológico aos atendidos.

O centro, que já era existente, foi deslocado do lugar onde se localizava e um novo edifício foi criado para ampliar a capacidade desse serviço. Pela implantação acima, percebe-se que o novo centro encontra-se numa parte já densificada da cidade.

FIGURA 70 - Maison d'Accueil de l'enfance  
Fachada Principal



FONTE: Archidaily Brasil (2017)

FIGURA 71 - Maison d'Accueil de l'enfance  
Vista Exterior do Edifício



FONTE: Archidaily Brasil (2017)

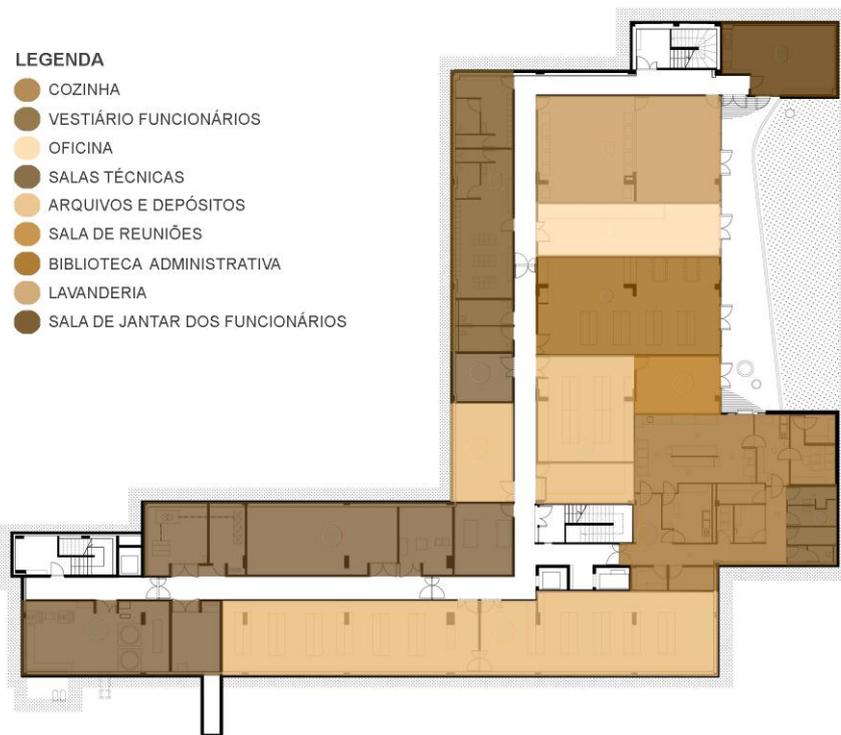
FIGURA 72 - Maison d'Accueil de l'enfance  
Vista Interior do Edifício



FONTE: Archidaily Brasil (2017)

O intuito do programa é fazer com que as crianças se sintam seguras, sem terem a noção de “emergência” presente no cotidiano. O lugar também serve para reativar os vínculos com a família de maneira calma e sob supervisão, através das salas de visitas localizadas no pavimento térreo.

FIGURA 73 - Planta Baixa Subsolo Sem Escala

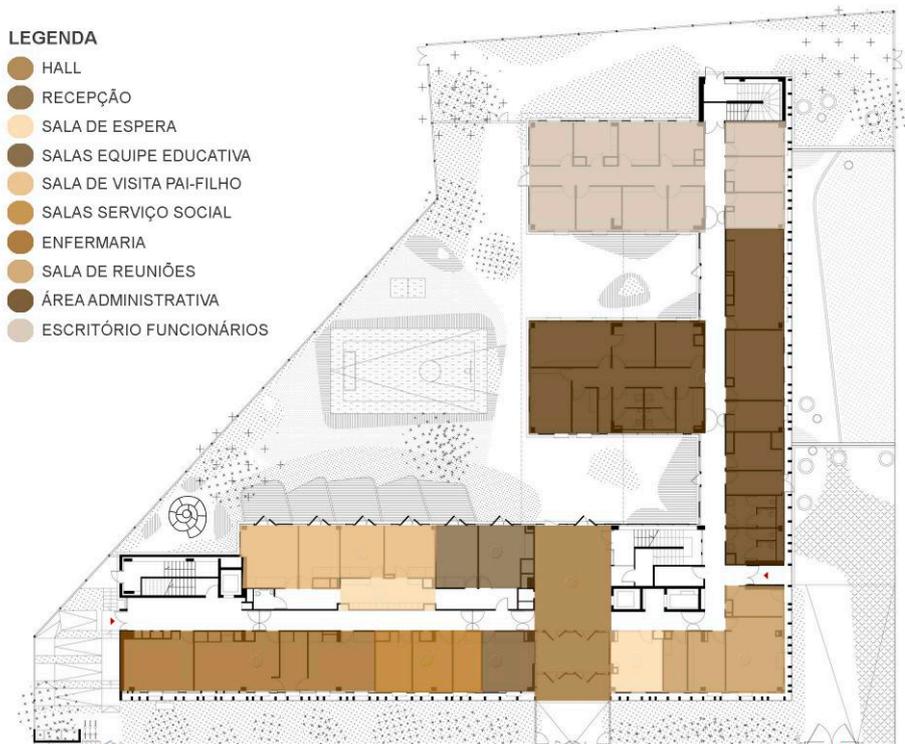


FONTE: Marjan Hessamfar & Joe Verons architectes associes, modificado pela autora (2017)

Cada pavimento abriga uma faixa etária, fazendo com que a divisão de salas múltiplas também ocorra por pavimentos. Em cada pavimento encontram-se sala de jogos, de estudos, de leitura e midiateca.

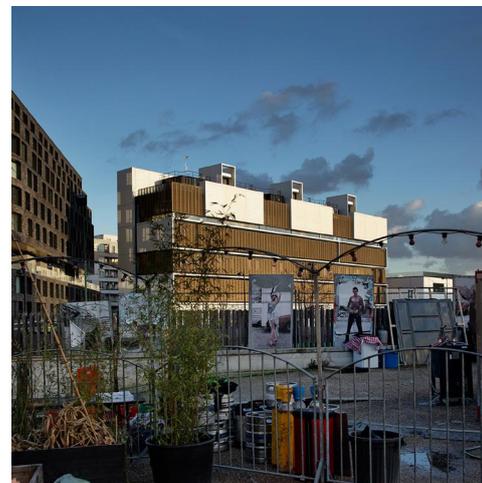
No subsolo encontram-se todos os serviços, como depósitos, cozinha e lavanderia.

FIGURA 74 - Planta Baixa Térreo Sem Escala



FONTE: Marjan Hessamfar & Joe Verons architectes associes, modificado pela autora (2017)

FIGURA 75 - Maison d'Accueil de l'enfance  
Vista afastada do Edifício



FONTE: Archdaily Brasil (2017)

FIGURA 76 - Maison d'Accueil de l'enfance  
Vista Interior do Edifício

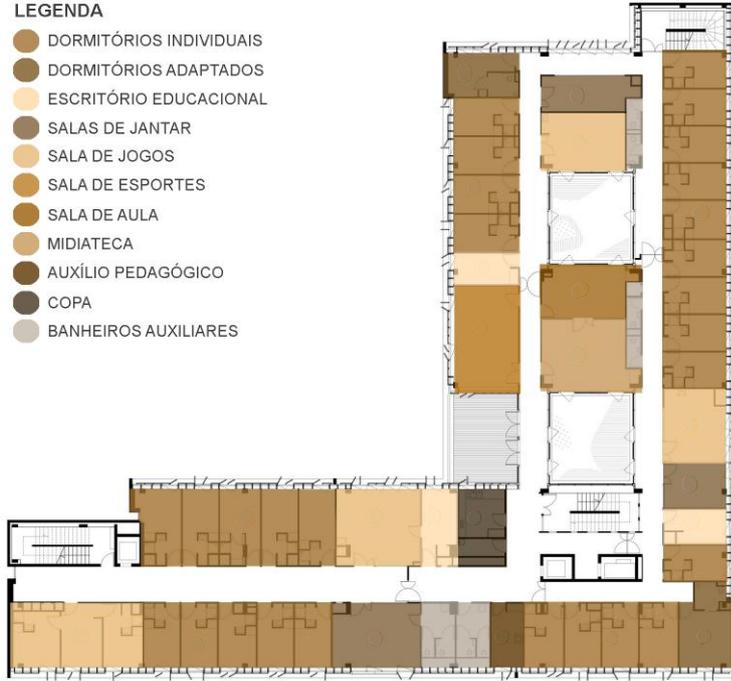


FONTE: Archdaily Brasil (2017)

FIGURA 77 - Planta Baixa Segundo Pavimento Sem Escala - Faixa Etária 12 a 18 anos

LEGENDA

- DORMITÓRIOS INDIVIDUAIS
- DORMITÓRIOS ADAPTADOS
- ESCRITÓRIO EDUCACIONAL
- SALAS DE JANTAR
- SALA DE JOGOS
- SALA DE ESPORTES
- SALA DE AULA
- MIDIA TECA
- AUXÍLIO PEDAGÓGICO
- COPA
- BANHEIROS AUXILIARES



FONTE: Marjan Hessamfar & Joe Verons architectes associes, modificado pela autora (2017)

Com o lote pequeno, as atividades tiveram que ser distribuídas em 7 pavimentos. O núcleo da edificação conta com um empecilho por ser fachada norte (com ausência de insolação no hemisfério norte), por isso os arquitetos elegeram a tipologia em L garantindo a luz do edifício. Amplos terraços foram abertos entre os pavimentos.

Os mobiliários foram feitos para serem aconchegantes, por isso optou-se pela utilização de madeira em cor natural.

FIGURA 78 - Planta Baixa Terceiro Pavimento Sem Escala - Faixa Etária 3 a 6 anos

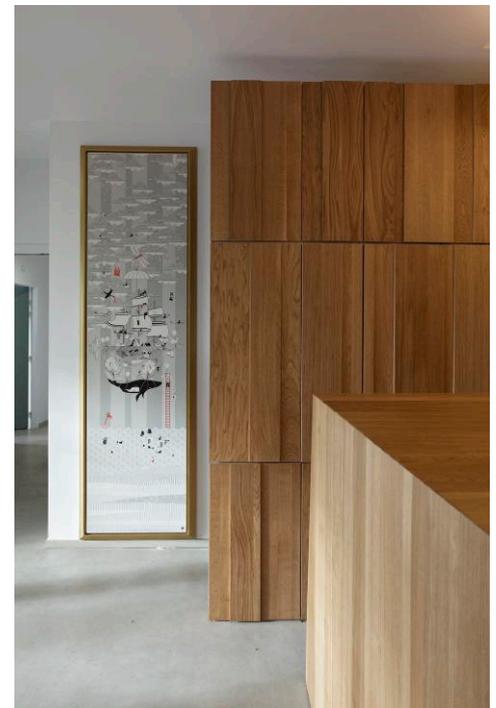
LEGENDA

- DORMITÓRIOS DE 1 A 3 CAMAS
- BANHEIRO COMUNITÁRIO
- ESCRITÓRIO EDUCACIONAL
- SALAS DE JANTAR
- SALA DE JOGOS
- SALA DE LEITURA
- SALA DE PSICOMOTRIZ
- JARDIM INFANTIL
- COPA
- BANHEIROS AUXILIARES



FONTE: Marjan Hessamfar & Joe Verons architectes associes, modificado pela autora (2017)

FIGURA 79 - Maison d'Accueil de l'enfance  
Vista Interna do Edifício



FONTE: Archidaily Brasil (2017)

FIGURA 80 - Maison d'Accueil de l'enfance  
Recepção do Edifício



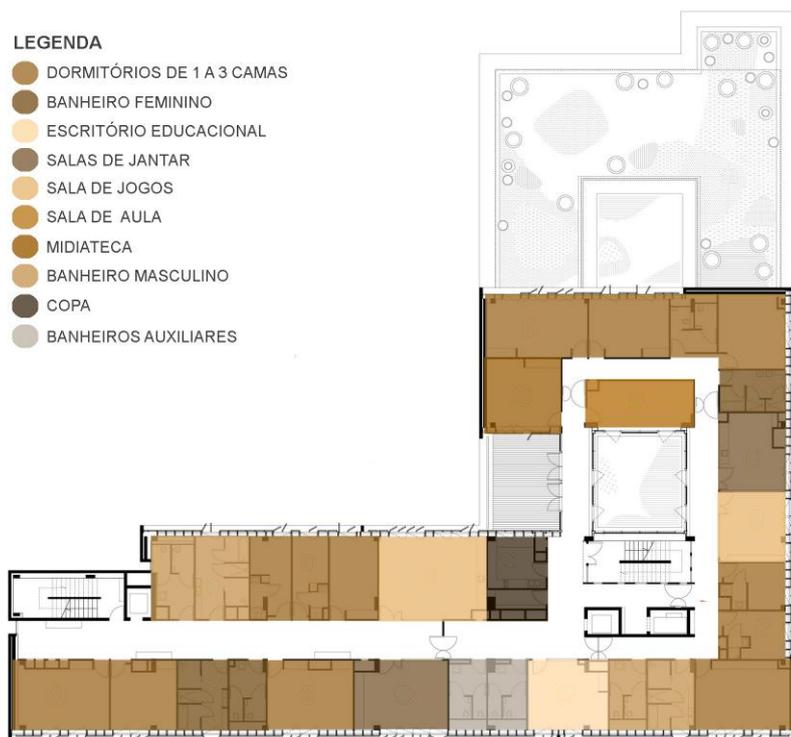
FONTE: Archidaily Brasil (2017)

Com a variação da faixa etária por pavimentos mudam-se a disposição e o programa. Dependendo da faixa etária atendida os usuários podem ter banheiros compartilhados ou individuais nos seus dormitórios.

As salas de jogos, leitura, e esportes também estão condicionadas a faixa etária, adaptando-se assim esses programas às necessidades de cada grupo de usuários.

Todos os pavimentos possuem sala de jantar e toda a comida é produzida no subsolo e levada, através de plataformas elevatórias até seus respectivos pavimentos.

FIGURA 81 - Planta Baixa Quarto Pavimento Sem Escala - Faixa Etária 6 a 12 anos



FONTE: Marjan Hessamfar & Joe Verons architectes associes, modificado pela autora (2017)

A materialidade externa não lembra uma casa, na verdade se assemelha muito a uma instituição e se enquadra no entorno existente. Os materiais externos são brises e concreto queimado.

A medida que os pavimentos vão recuando jardins vão aparecendo juntamente a edificação. Esses terraços são acessados pelos usuários, ficando também divididos por faixa etária, ou seja, cada faixa etária fica controlada e condicionada ao seu pavimento.

FIGURA 82 - Maison d'Accueil de l'enfance  
Vista Pátio Externo

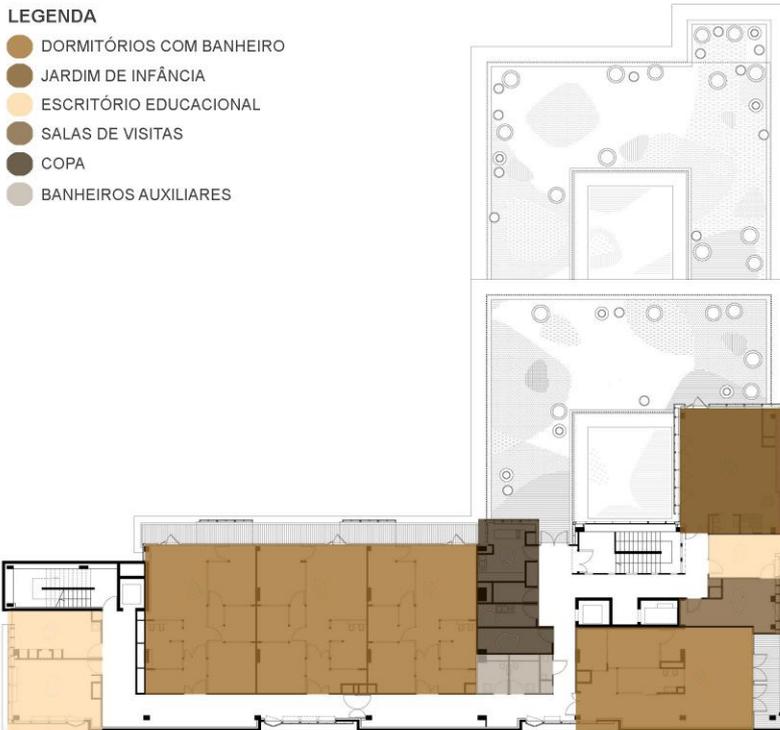


FONTE: Archidaily Brasil (2017)

FIGURA 83 - Maison d'Accueil de l'enfance  
Vista Pátio Externo



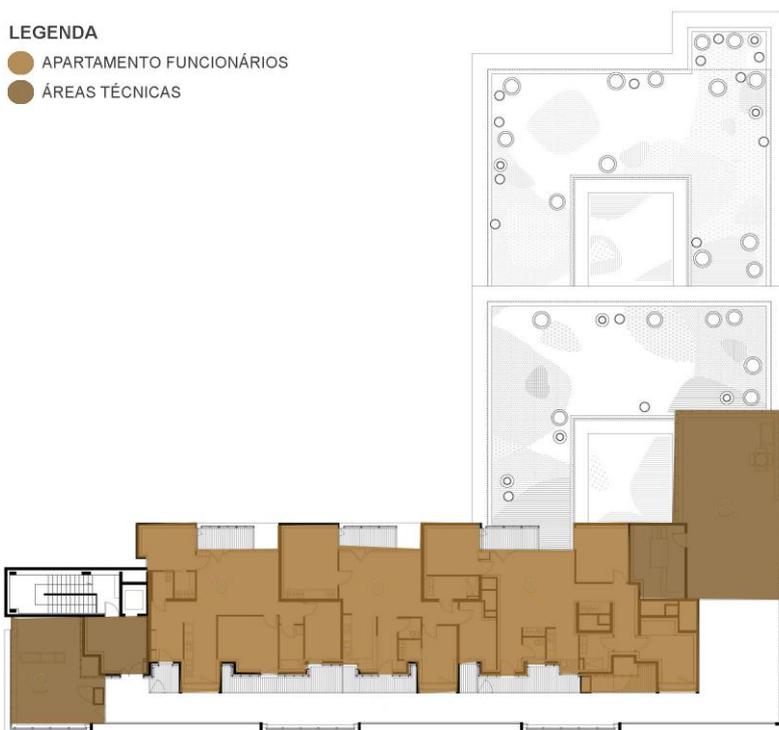
FONTE: Archidaily Brasil (2017)



FONTE: Marjan Hessamfar & Joe Verons architectes associes, modificado pela autora (2017)

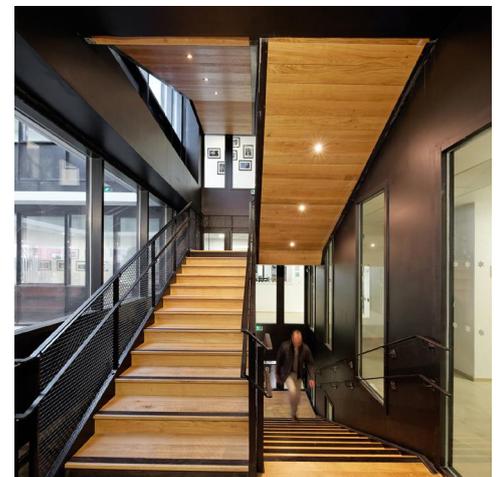
No sexto pavimento encontram-se apartamentos para os funcionários, que dispõem de sala, cozinha, dormitório e banheiro. Como a faixa etária trabalhada abrange crianças de pouca idade, faz-se necessária a longa permanência do funcionário no local. O pavimento é com a localização estratégica, pois encontra-se um nível acima do pavimento que contempla a faixa etária de 0 a 3 anos, onde as crianças necessitam de cuidados redobrados.

FIGURA 85 - Planta Baixa Sexto Pavimento Sem Escala



FONTE: Marjan Hessamfar & Joe Verons architectes associes, modificado pela autora (2017)

FIGURA 86 - Maison d'Accueil de l'enfance  
Núcleo de Escadas



FONTE: Archdaily Brasil (2017)

FIGURA 87 - Maison d'Accueil de l'enfance  
Sala de Jogos Infantis



FONTE: Archdaily Brasil (2017)

## 9.2 Casa para Menores “Tsukuba-Aiji-en”

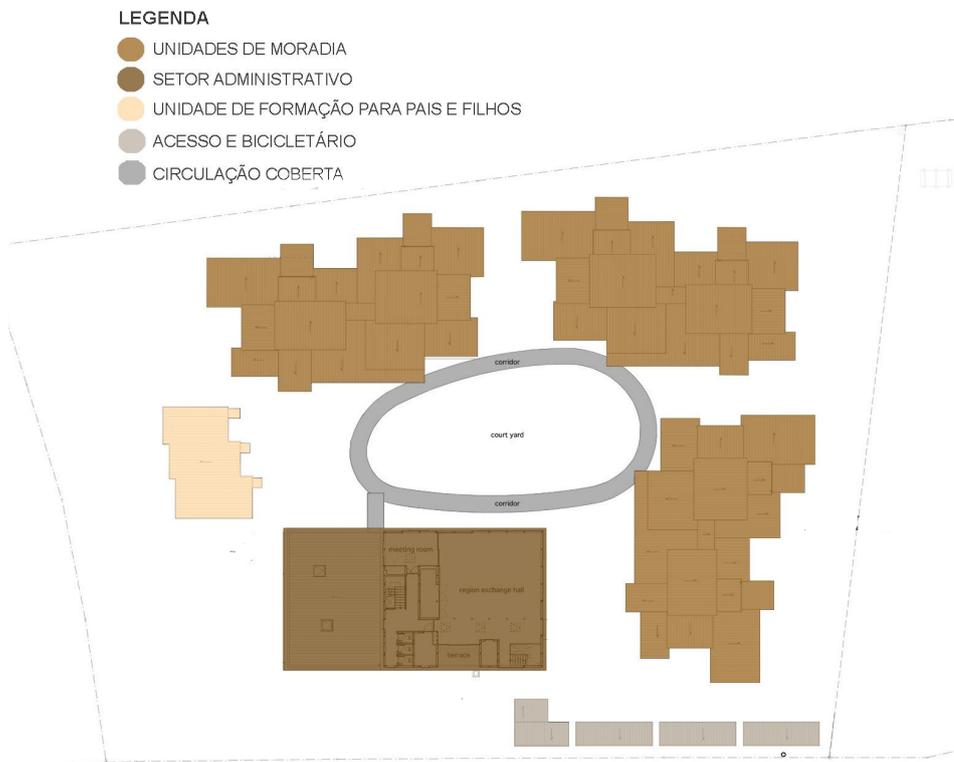
Arquitetos: K+S Architects, Nobuya Kashima, Aya Sato

Localização: Tsukuba, Ibaraki Prefecture, Japão

Área: 1.440,00m<sup>2</sup>

Ano do Projeto: 2014

FIGURA 88 - Implantação Sem Escala da Casa de Menores no Terreno



FONTE: K+S Architects, modificado pela autora (2017)

A casa se encontra localizada no interior da cidade de Tsukuba no Japão, onde as 40 crianças atendidas podem estar diretamente em contato com a natureza.

O projeto se estrutura ao redor de um grande corredor coberto e circular que dá acesso às unidades de moradia. Através dessa implantação, com as edificações nas bordas do lote e um pátio central, é possível controlar as crianças com maior facilidade. A interação entre todas as crianças e as residências também fica em evidência através da implantação.

As unidades de moradias são formadas pelo agrupamento de duas casas, como visto no diagrama a seguir. As duas casas funcionam independentes uma da outra e o único espaço compartilhado nessa unidade é o Tatame, uma sala de jogos.

FIGURA 89 - Casa para Menores “Tsukuba-Aiji-en”  
Vista da Localização do Projeto



FONTE: Archidaily México (2017)

FIGURA 90 - Casa para Menores “Tsukuba-Aiji-en”  
Vista Externa da Circulação Coberta Oval



FONTE: Archidaily México (2017)

FIGURA 91 - Casa para Menores “Tsukuba-Aiji-en”  
Vista Externa da Circulação Coberta Oval



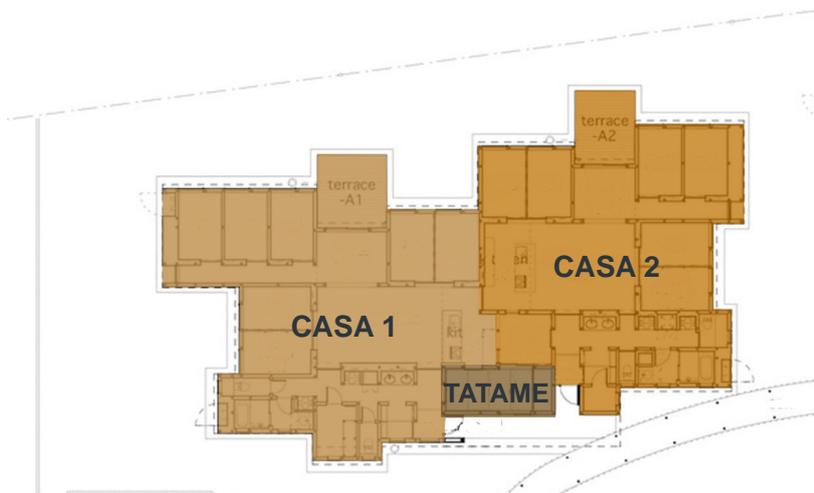
FONTE: Archidaily México (2017)

FIGURA 92 - Casa para Menores “Tsukuba-Aiji-en”  
Vista Externa das Unidades de Moradia



FONTE: Archidaily México (2017)

FIGURA 93 - Diagrama da Unidade de Moradia Sem Escala



FONTE: K+S Architects, modificado pela autora (2017)

A CASA 1 é capaz de abrigar sete crianças enquanto a CASA 2 abriga 6 crianças. A planta é composta de quartos individuais, que se alocam ao redor da área social, cozinha com sala de jantar e sala de estar. A sala de estar dá acesso a um pequeno terraço, cada casa possui seu próprio terraço. Um grande e compartilhado banheiro é dividido entre os moradores da casa. As tipologias lembram muito o modelo residencial.

No acesso a casa encontra-se um pequeno depósito à direita e a sala do cuidador à esquerda.

FIGURA 94 - Planta Baixa Sem Escala da Casa 2



FONTE: K+S Architects, modificado pela autora (2017)

FIGURA 95 - Casa para Menores "Tsukuba-Aiji-en" Vista Externa Unidade de Moradia



FONTE: Archidaily Brasil (2017)

FIGURA 96 - Casa para Menores "Tsukuba-Aiji-en" Vista Externa Unidade de Moradia



FONTE: Archidaily México (2017)

FIGURA 97 - Casa para Menores "Tsukuba-Aiji-en" Vista Acesso e Bicicletário



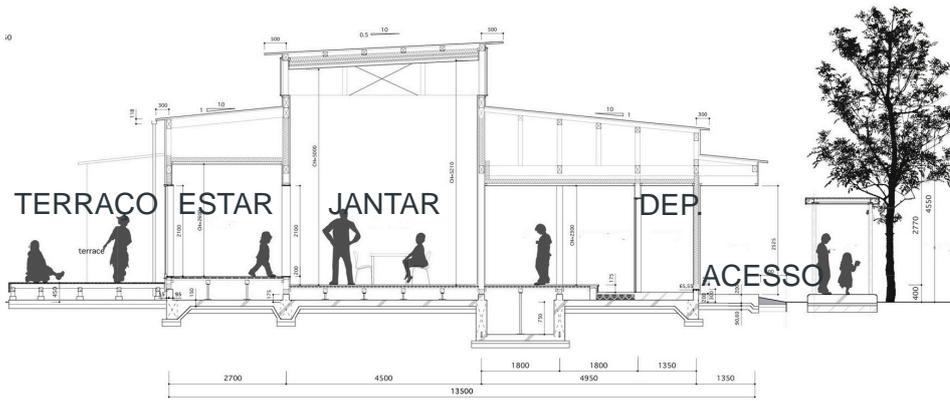
FONTE: Archidaily México (2017)

FIGURA 98 - Casa para Menores "Tsukuba-Aiji-en" Acesso à Casa de Menores



FONTE: Archidaily México (2017)

FIGURA 99 - Corte Esquemático Sem Escala da Casa 2



FONTE: K+S Architects, modificado pela autora (2017)

A estrutura utilizada no projeto é a metálica e como revestimento interno optou-se pela madeira, que em cada ambiente é disposta de uma forma, podendo ser em grandes chapas (como nos dormitórios) ou em ripas -na área social da casa.

A madeira foi escolhida por trazer mais aconchego visual e ajudar no conforto térmico.

FIGURA 100 - Diagrama da Unidade de Formação para Pais e Filhos Sem Escala



FONTE: K+S Architects, modificado pela autora (2017)

A unidade de formação de pais e filhos consiste em três blocos, conforma o diagrama acima. Cada bloco possui uma sala, um banheiro e uma pequena cozinha.

Esse é o ambiente em que é feita a reaproximação de pais e filhos, e onde os pais podem passar um tempo com seus filhos como se estivessem no ambiente de seus lares.

A fachada desta unidade se assemelha muito com a de uma casa residencial.

FIGURA 101 - Casa para Menores "Tsukuba-Aiji-en" Cozinha e Sala de Jantar da Casa 1



FONTE: Archidaily México (2017)

FIGURA 102 - Casa para Menores "Tsukuba-Aiji-en" Vista Externa Dormitório



FONTE: Archidaily México (2017)

FIGURA 103 - Casa para Menores "Tsukuba-Aiji-en" Vista Externa Unidade de Formação de Pais e Filhos



FONTE: Archidaily México (2017)

## 10 REFERENCIAIS ARQUITETÔNICOS

### 10.1 Jardim Infantil Frederiksvej

Arquitetos: COBE

Localização: Frederiksberg, Dinamarca

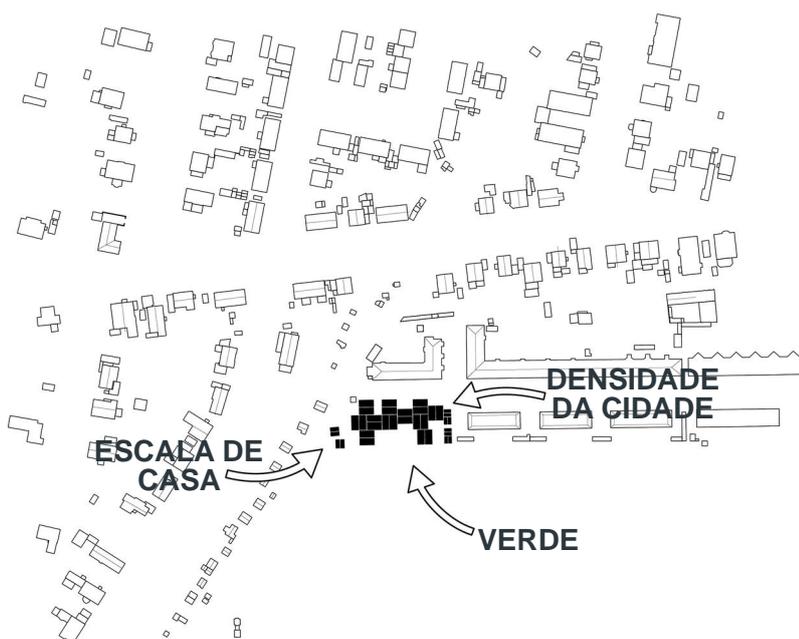
Área: 1.700,00m<sup>2</sup>

Ano do Projeto: 2015

É um jardim infantil implantado na cidade de Frederiksberg na Dinamarca que atende 182 crianças com idade de 0 a 6 anos de idade.

O espaço tem o propósito de simular uma cidade em miniatura para as crianças. Os arquitetos optaram por dividir o edifício em onze casas agrupadas uma ao lado da outra, com orientações diferentes.

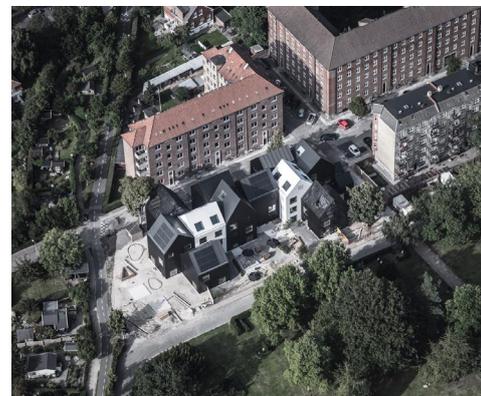
FIGURA 104 - Implantação do Jardim da Malha Urbana da Cidade



FONTE: COBE, modificado pela autora (2017)

O projeto é formado por onze “casas” agrupadas uma ao lado da outra, com telhados de inclinações distintas. A materialidade também muda conforme o bloco, fazendo a distinção de transição entre um bloco e outro.

FIGURA 105 - Jardim Infantil Frederiksvej  
Vista Exterior do Conjunto



FONTE: Archidaily Brasil (2017)

FIGURA 106 - Jardim Infantil Frederiksvej  
Vista Exterior do Edifício

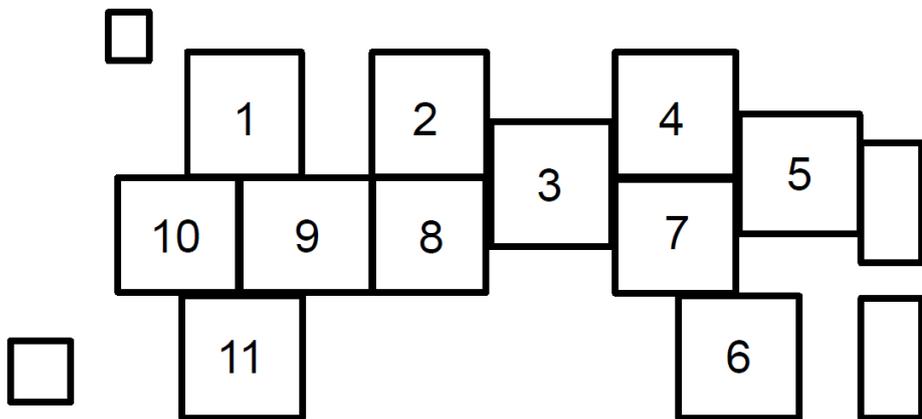


FONTE: Archidaily Brasil (2017)

FIGURA 107 - Jardim Infantil Frederiksvej  
Vista Exterior do Edifício



FONTE: Archidaily Brasil (2017)



FONTE: Autora (2017)

Segundo o arquiteto, hoje em dia é comum ver as instituições cada vez maiores, porém é importante para as crianças criar intimidade e espaços próprios no lugar onde elas passam a maior parte do dia.

FIGURA 109 - Diagrama Explicação da Forma

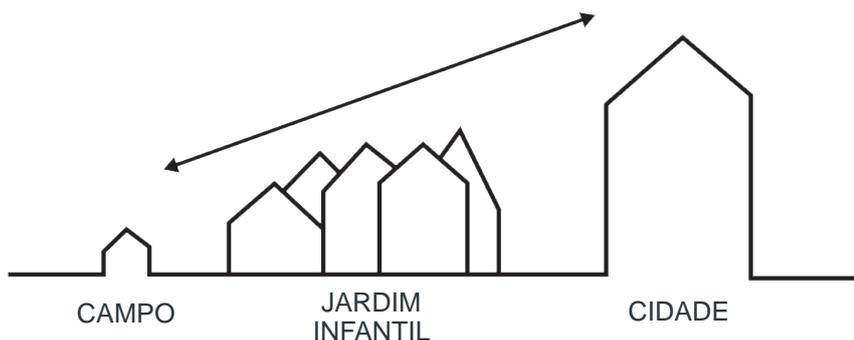


FONTE: COBE, modificado pela autora (2017)

As edificações tem o propósito de estar entre meio a escala da cidade e o ambiente do campo, por isso optou-se pela implantação de três pavimentos por volume.

O novo jardim molda-se conforme as escalas da comunidade local e suas coberturas refletem o entorno, de casas vizinhas com a mesma disposição de telhado duas águas.

FIGURA 110 - Diagrama Esquemático Escolha das Alturas



FONTE: COBE, modificado pela autora (2017)

FIGURA 111 - Jardim Infantil Frederiksvej  
Vista Interna da Circulação



FONTE: Archidaily Brasil (2017)

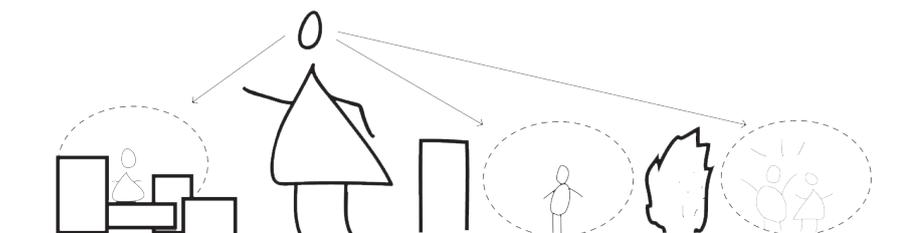
FIGURA 112 - Jardim Infantil Frederiksvej  
Vista Interna do Volume de Escadas



FONTE: Archidaily Brasil (2017)

Da mesma forma a possibilidade de aumentar o edifício em altura reflete que as crianças podem ser vigiadas de dentro do mesmo pelos educadores enquanto brincam no pátio, conseguindo os educadores assim ter pleno controle, já que uma quantidade grande de crianças usufrui desse espaço -182 como citado anteriormente.

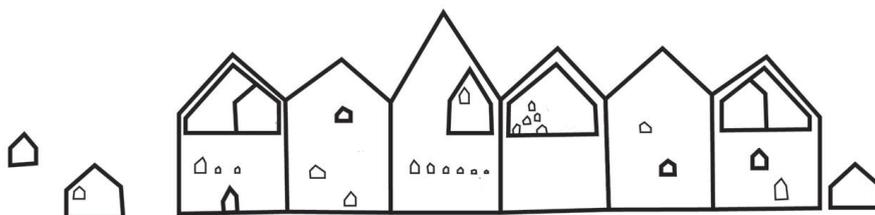
FIGURA 113 - Diagrama Esquemático Escolha das Alturas



FONTE: COBE, modificado pela autora (2017)

A opção pela tipologia de duas águas deu-se pela configuração do entorno e também porque essa tipologia é o símbolo universal de casa / lar / moradia, ou seja, o modelo adotado ajuda a criar nas crianças a sensação de pertencimento ao lugar.

FIGURA 114 - Diagrama Esquemático Implantação do Projeto



FONTE: COBE, modificado pela autora (2017)

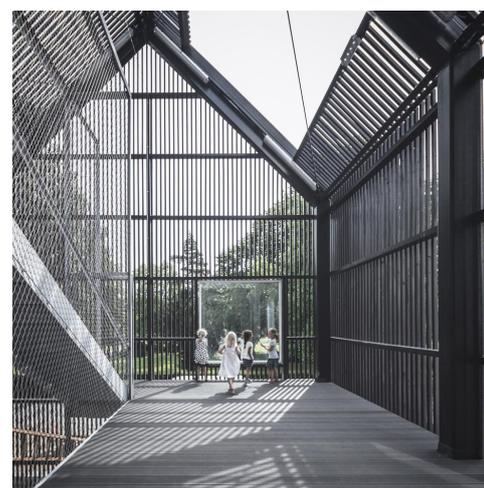
A planta baixa do pavimento térreo se replica nos demais pavimentos substituindo a recepção e cozinha por salas e transformando o depósito em sala de jogos. O escritório de arquitetura COBE não fornece a planta dos demais pavimentos.

FIGURA 115 - Jardim Infantil Frederiksvej  
Vista Sala com Banheiro



FONTE: Archidaily Brasil (2017)

FIGURA 116 - Jardim Infantil Frederiksvej  
Vista Interna do Volume de Escadas



FONTE: Archidaily Brasil (2017)

FIGURA 117 - Planta Baixa do Pavimento Térreo Sem Escala



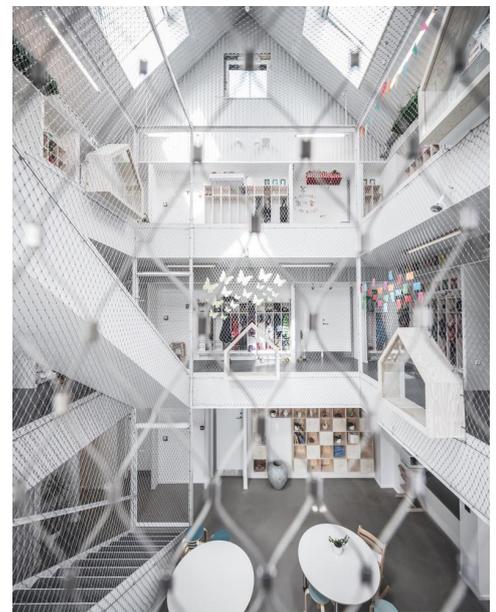
FONTE: COBE, modificado pela autora (2017)

Cada sala tem seu próprio banheiro e percebe-se que os avanços de paredes servem como mobiliário, para guardar os pertences dos alunos, de mural e para outras variadas finalidades.

As salas técnicas podem ser acessadas somente pela parte de fora do complexo, assim como outras salas que também podem ser acessadas do exterior como a administração e o depósito, para recebimento de cargas.

Dois volumes soltos formam os playgrounds cobertos.

FIGURA 118 - Jardim Infantil Frederiksvej  
Vista Interna



FONTE: Archidaily Brasil (2017)

FIGURA 119 - Jardim Infantil Frederiksvej  
Vista Interna



FONTE: Archidaily Brasil (2017)

## X.2 Centro de Desenvolvimento Infantil El Gradual

Arquitetos: Daniel Joseph Feldman Mowerman,

Ivan Dario Quiñones Sanchez

Localização: Villarrica, Villa Rica, Colombia

Área: 1.823,00m<sup>2</sup>

Ano do Projeto: 2013

O Centro de Desenvolvimento Infantil El Gradual está entre as cem obras de arquitetura mais visitadas do site Archidaily Chile entre os anos de 2006 a 2016.

O centro atende de maneira integral nas áreas de educação recreação e serviços de alimentação 300 crianças de 0 a 5 anos de idade, 100 gestantes e 200 recém nascidos. A edificação faz parte do programa do governo nacional da Colômbia denominado “De Cero a Siempre”.

FIGURA 120 - Implantação do Centro da Malha Urbana da Cidade



FONTE: Daniel Joseph Feldman Mowerm (2017)

O projeto pretende gerar na comunidade um sentido de pertencimento. Durante a obra, além dos funcionários da empresa que fez a execução da mesma, vizinhos do empreendimento receberam a oportunidade de participar e ganhar um treinamento certificado em construção.

Ateliers de desenho participativo com a comunidade fizeram parte do processo do projeto, para saber e entender as necessidades da comunidade.

FIGURA 121 - Centro de Desenvolvimento Infantil El Gradual  
Vista Externa do Conjunto



FONTE: Archidaily Chile (2017)

FIGURA 122 - Centro de Desenvolvimento Infantil El Gradual  
Vista Externa do Conjunto



FONTE: Archidaily Chile (2017)

FIGURA 123 - Centro de Desenvolvimento Infantil El Gradual  
Vista Externa do Conjunto



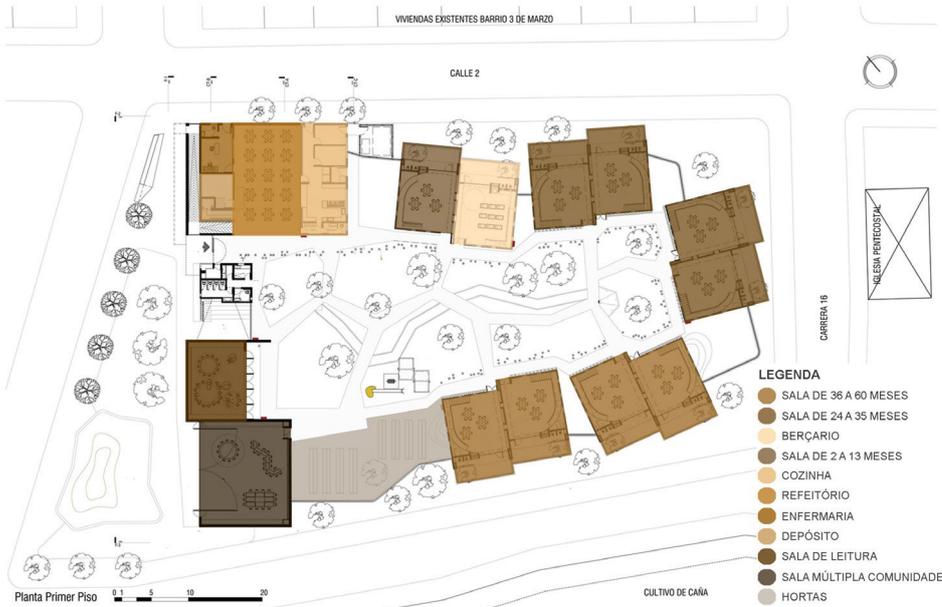
FONTE: Archidaily Chile (2017)

FIGURA 124 - Centro de Desenvolvimento Infantil El Gradual  
Vista Externa do Conjunto



FONTE: Archidaily Chile (2017)

FIGURA 125 - Planta Baixa Pavimento Térreo Sem Escala



FONTE: Daniel Joseph Feldman Mowerm, modificado pela autora (2017)

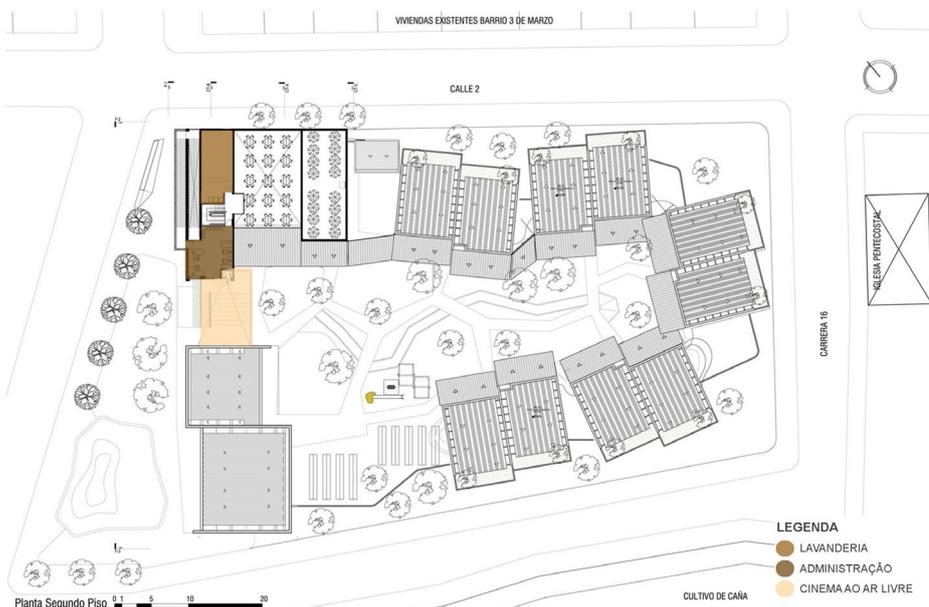
O programa está disposto ao redor de um grande pátio com caminhos e níveis. As salas possuem grandes e múltiplas aberturas, deixando as crianças livres, fazendo com que a mesma entenda o impacto de tomar uma decisão.

O centro atende também a comunidade. Um cinema ao ar livre está disposto juntamente com o programa, sendo acessado de fora. Também uma sala de atividade múltiplas se abre para a comunidade e recebe diferentes atividades nas horas em que as crianças não se encontram em aula ou no local.

Uma horta está disposta no canto do pátio onde as crianças podem participar e compreender questões sobre o cultivo.

O refeitório dispõem de um pé-direito duplo criando maior iluminação e ventilação.

FIGURA 126 - Planta Baixa Segundo Pavimento Sem Escala



FONTE: Daniel Joseph Feldman Mowerm, modificado pela autora (2017)

FIGURA 127 - Centro de Desenvolvimento El Gradual  
Vista Interna da Sala



FONTE: Archidaily Chile (2017)

FIGURA 128 - Centro de Desenvolvimento El Gradual  
Vista Circulação Coberta



FONTE: Archidaily Chile (2017)

FIGURA 129 - Centro de Desenvolvimento El Gradual  
Vista Circulação Coberta



FONTE: Archidaily Chile (2017)

FIGURA 130 - Centro de Desenvolvimento El Gradual  
Vista Cinema ao Ar Livre



FONTE: Archidaily Chile (2017)

## BIBLIOGRAFIA

AMIGO DE LUCAS. 2017. Disponível em:

<<http://www.amigosdelucas.org.br/?project=adocao>>

Acesso: Set. 2017

ARCHDAILY BRASIL. 2017. Disponível em:

<<https://www.archdaily.com.br/br/786581/jardim-de-infancia-frederiksvej-cobe>>

Acesso: Nov. 2017

ARCHDAILY BRASIL. 2017. Disponível em:

<<https://www.archdaily.com.br/br/733949/centro-de-bem-estar-para-criancas-e-adolescentes-em-paris-slash-marjan-hessamfar-and-joe-verons-architectes-associates>>

Acesso: Nov. 2017

ARCHDAILY CHILE. 2017. Disponível em:

<<https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/625198/centro-de-desarrollo-infantil-el-guadual-daniel-joseph-feldman-mowerman-ivan-dario-quinones-sanchez>>

Acesso: Nov. 2017

ARCHDAILY MÉXICO. 2017. Disponível em:

<<https://www.archdaily.mx/mx/760793/hogar-de-menores-tsukuba-aiji-en-k-plus-s-architects>>

Acesso: Nov. 2017

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

**Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

G1 GLOBO. 2016. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/bahia/especial-publicitario/santa-casa-da-bahia/a-servico-do-bem/noticia/2016/12/mu-seu-da-misericordia-conta-legado-da-bahia-e-do-brasil.html>>

Acesso: Dez. 2017

G1 GLOBO. 2016. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/05/mais-de-mil-criancas-esperam-para-serem-adotadas-no-rio-grande-do-sul.html>>

Acesso: Abr. 2017

GAÚCHA ZH. 2013. Disponível em:

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/02/demora-no-processo-judicial-faz-criancas-crescerem-nos-abrigos-e-dificulta-adocao-cj5v0nti800dms1j0oym-1gzec.html>>

Acesso: Mai. 2017

GAÚCHA ZH. 2014. Disponível em:

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/09/abrigos-publicos-para-criancas-sao-insalubres-em-Porto-Alegre-4588188.html#showNoticia=PnomfnY5fDs2ODQ5NDc0NDI3N-DExNzY3Mjk2W2N2OTA0MTU4NjE1MjkxMTkwM-Dk3NChNWDM3MjYwNDE5OTM0ODczMTkwNDBW-ZkYsKI55Z35FL2VPWSxfWml=>>>

Acesso: Mai. 2017

GOVERNO DO BRASIL. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009

JORNAL DO SENADO. 2017. Disponível em:

<<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/contexto-da-adocao-no-brasil/historia-da-adocao-no-mundo.aspx>>

Acesso: Out. 2017

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo : Editora Hucitec, 2006

MARTHA MARIA. Disponível em:

<<http://marthamaria11.blogspot.com.br/2011/12/rodados-expostos-da-santa-casa-de.html>>

Acesso: Dez. 2017

## BIBLIOGRAFIA

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda>> Acesso: Out. 2017

NEXO JORNAL. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/08/11/Ado%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil-perfil-de-crian%C3%A7as-e-pretendentes-e-como-funciona-o-processo>> Acesso: Set. 2017

O GLOBO. 2014. Disponível em: <<http://noblato.globo.com/arte-hoje/noticia/2014/07/ospedale-degli-innocenti-joia-da-alta-renascenca-544105.html>> Acesso: Out. 2017

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2004

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Programa de Abrigagem: Modalidade Casa Lar**. Porto Alegre, 2006

POA 24 HORAS. Disponível em: <<http://www.poa24horas.com.br/internos-provocam-incendio-em-unidade-da-fase-de-porto-alegre/>> Acesso: Dez. 2017

PORTAL DA ADOÇÃO. 2017. Disponível em: <<http://portaldaadocao.com.br/minha-cidade/rs/porto-alegre>> Acesso: Set. 2017

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2004

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.sdstjd/rs.gov.br/academicos-realizam-visita-ao-nar-ipanema>> Acesso: Dez. 2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO. 2017. Disponível em: <<http://dmweb.procempa.com.br/dmweb/searchBox.seam>> Acesso: Mai. 2017

TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 2017. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/noticias/3131720/mais-de-800-criancas-aguardam-adocao-no-rs>> Acesso: Set. 2017

VEJA. 2017. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/rio-grande-do-sul/com-poesia-juiz-gaucha-acelera-processos-de-adocao/#>>> Acesso: Set. 2017

WIKIPÉDIA. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Jardim\\_Itu\\_Sabar%C3%A1](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jardim_Itu_Sabar%C3%A1)> Acesso: Jul. 2017

WIKIPÉDIA. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Spedale\\_degli\\_Innocenti](https://pt.wikipedia.org/wiki/Spedale_degli_Innocenti)> Acesso: Out. 2017

ZIGUE, Laura Lima. **Organização das Casas Lar no Município de Porto Alegre**. UFRGS, 2014

ZUPI. 2011. Disponível em: <[http://www.zupi.com.br/os\\_filhos\\_do\\_grafiteiro\\_adres/](http://www.zupi.com.br/os_filhos_do_grafiteiro_adres/)> Acesso: Nov. 2017